



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

ANDRIELI PACHÚ DA SILVA

**ASPECTOS ÉTICOS EM ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:
um estudo em códigos de ética do profissional arquivista.**



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Marília – SP
2016

ANDRIELI PACHÚ DA SILVA

**ASPECTOS ÉTICOS EM ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:
um estudo em códigos de ética do profissional arquivista.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Unesp, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientador: José Augusto Chaves Guimarães

Silva, Andrieli Pachú da.
S586a Aspectos éticos em organização da informação: um
estudo em códigos de ética do profissional arquivista /
Andrieli Pachú da Silva. – Marília, 2016.
72 f. ; 30 cm.

Orientador: José Augusto Chaves Guimarães.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 52-57

Financiamento: CAPES

1. Arquivologia. 2. Ética e trabalho. 3. Organização da
informação. I. Título.

CDD 005.73

Andrieli Pachú da Silva

Aspectos Éticos em Organização da Informação: um estudo em códigos de ética do profissional arquivista.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Unesp, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

José Augusto Chaves Guimarães (Orientador)
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Fabio Assis Pinho
Universidade Federal do Pernambuco – UFPE

Natália Bolfarini Tognoli
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Data da apresentação: 03/05/2016

Local: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília.
CEDHUM.

In memoriam

Almerinda Batista Pachú

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer às pessoas que contribuíram de forma efetiva para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa, a saber, o professor e orientador José Augusto, por ter depositado sua confiança, paciência e tempo nesse projeto, bem como os membros da banca: o professor Fabio, a professora Natália e a professora Wilmara, que participou da qualificação, todos contribuíram com questionamentos e apontamentos a fim de enriquecer a pesquisa.

Agradeço, também, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), aos professores que sem me proporcionaram novos saberes e ao grupo de pesquisa de formação e atuação profissional em organização da informação – GP FAPOI, que se tornou uma espécie de família. Agradeço, ainda, ao apoio financeiro concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Agradeço, inclusive, àqueles que contribuíram de forma efetiva para a manutenção do meu estado emocional e físico durante esse período das realizações das disciplinas, estágios e dissertação.

Sem sombra de dúvidas, dona Selma e seu Ilson que, mesmo longe 400km, são “a terra e a água” que me proporcionaram o crescimento e o equilíbrio para chegar até aqui e que hoje colhemos juntos mais um fruto.

Agradeço a um amigo que mora na minha estação preferida, na minha linda Primavera. Déra, obrigada por suas ligações que sempre me proporcionam risos sobre a vida me trazendo lembranças do lugar em que saí há sete anos para desbravar o mundo real.

Agradeço aos amigos, Laura, Gilberto, Isadora, Daniela e demais integrantes do GP-FAPOI (2013 a 2016), que sempre me proporcionaram gargalhadas, abraços e ombros para chorar.

Agradeço à querida amiga e irmã em Cristo, Natália Custódio e sua família, que me acolheram e acolhem em seu seio familiar, eles me fazem sentir como se eu fosse o “sexto elemento” da família.

Agradeço ao grupo de jovens da igreja que frequento, pois sempre me dão provas de que se “Em todo o tempo [eu] amar o amigo” na hora da angústia “nascerá um irmão”.

Agradeço a Deus, por me proporcionar “a paz que excede todo o entendimento” e que “guarda meu coração e meus sentimentos em Cristo Jesus”.

Deixo meu profundo agradecimento a todas essas pessoas, pois sei que não haveria possibilidades de dar sequência a cada etapa desta pesquisa se a pesquisadora, de fato, não estivesse bem.

SILVA, Andrieli Pachú da. Aspectos éticos em organização da informação: Um estudo em códigos de ética do profissional arquivista. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2016.

RESUMO

As atividades de organização da informação ainda têm estudos éticos incipientes na área da arquivística, o que leva a questionar como os códigos de ética do arquivista abordam questões relacionadas aos dilemas éticos nas atividades de organização da informação, em especial nas atividades nucleares de classificação e descrição documental. Desse modo, esta pesquisa identifica, analisa e compara os valores éticos relacionados à organização e representação da informação, no campo da classificação e da descrição arquivística, a partir de uma análise de conteúdo, buscando os termos classificação e descrição em 16 documentos referentes à conduta profissional do arquivista de alguns países, sendo eles: Austrália, Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suíça e do ICA. A partir disso, concluímos por um corpus de onze valores encontrados, a saber: acesso à informação, respeito à proveniência, respeito à ordem original, preservação, conservação, preservação do valor arquivísticos dos documentos, confiabilidade, custódia, imparcialidade, garantir a segurança da informação, autenticidade.

Palavras-Chave: Arquivística, Código de ética, Ética profissional

ABSTRACT

The international literature of Information Science has devoted attention to ethical studies in information, especially due to the development of information technologies. However, the information organization activities have incipient ethical studies that are more focused on libraries. Thus, the area of archival science still lacks studies of this nature, which leads to question how the codes of ethics for the archivist address issues related to the ethical dilemmas of the information organization activities, especially in core activities of arrangement and archival description. To identify and analyze the ethical values related to these aforementioned activities, by the analysis of the codes of the following countries: Australia, Brazil, Canada, France, New Zeland, Portugal, Spain, Switzerland, USA, United Kingdom and the ICA codes of ethics. Applying the content analysis, were found these values: information access, respect for provenance, respect for the original order, physical preservation of the record, conservation, respect for the preservation of the archival value of the record, reliability, custody, impartiality, information security, authenticity.

Keywords: Archival Science, Code of ethics, Professional ethics

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo teórica	29
Figura 2 - Ficha de descrição dos códigos.....	37
Figura 3 - Linha do tempo órgão produtor e código	38
Figura 4 - Termo por documento.....	40
Figura 5 - Valor por documento	43
Figura 6 - Valor por termo	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Termos encontrados nos códigos	41
Quadro 2 - Valores relacionados à classificação.....	41
Quadro 3 - Valores relacionados à descrição	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AAF	Association des Archivistes Français
AAQ	Association des archivistes du Québec
AAS	Association des Archivistes Suisses
ACA (1)	Academy of Certified Archivists
ACA (2)	Association of Canadian Archivists
APBAD	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
ARA	Archives and Records Association
ARANZ	Archives and Records Association of New Zealand
ASA	Australian Society for Archivists
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
ICA	International Council on Archives
LAI	Lei de Acesso à Informação
LAC	Library and Archives Canada
LISA	Library and Information Science Abstracts
MAT	Multilingual Archival Terminology
NARA	National Archives and Records Administration
SAA	Society of American Archivists
SCAM	Standing Conference on Archives and Museums

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ÉTICA ARQUIVÍSTICA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	18
3 CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO COMO ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	25
4 METODOLOGIA.....	35
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A QUESTÃO DOS VALORES SOBRE CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO EM CÓDIGOS DE ÉTICA DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA.....	38
CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A – FICHA DE DESCRIÇÃO DOS CÓDIGOS.....	58
ANEXO A – LISTAGEM DOS CÓDIGOS <i>NETWORK OF CONCERNED HISTORIANS</i>.....	70

1 INTRODUÇÃO

No momento em que a sociedade passa a utilizar a escrita e a registrar informações em suportes, surge o que entendemos por documento. O documento é criado para diversos fins, servindo a distintos objetivos, podendo, inclusive, possuir um padrão, uma formatação para ser elaborado, e traz em seu bojo um conteúdo, que pode ser entendido como informação.

Assim, o ato de registrar uma informação – ou seja, de fixar um determinado conteúdo em dado suporte material – decorre da necessidade de transmitir a informação a alguém ou simplesmente reutilizá-la por quem a registrou, de onde surge a necessidade de se garantir o acesso a essa informação. Para tanto, a sociedade necessita acumular e guardar as informações materializadas em documentos por ela criados, valendo-se de instituições como bibliotecas, arquivos, museus, centro de documentação etc., nas quais se desenvolvem atividades profissionais, de natureza administrativa e com técnica específicas, propiciando aquilo que Fernandes (1995) denomina como gestão institucional dos saberes.

Os profissionais da informação, segundo Souza (2002), são os que possuem o compromisso, perante a sociedade, de gerenciar, dar a compreender e garantir exequibilidade a um “[...] fluir permanente do conhecimento”, especialmente em áreas como a Arquivística¹, Biblioteconomia, Museologia e da Ciência da Informação.

Sendo assim, entre os locais em que esses profissionais da informação atuam, tem-se o ambiente dos arquivos, cabendo ao arquivista a responsabilidade legal de planejar, orientar e acompanhar o processo documental informativo, segundo a lei brasileira nº 6.546 de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo (BRASIL, 1978).

No âmbito internacional, a Declaração Universal sobre os Arquivos², desenvolvida por um grupo do *International Council on Archives* (ICA), define os arquivistas como “profissionais qualificados, com formação apropriada e contínua, que servem às suas sociedades, apoiando a produção, seleção e conservação dos documentos, e os tornam disponíveis para uso” (ICA, 2010). Assim, para a realização de suas atribuições no ambiente do arquivo, os arquivistas têm por objetivo, entre outras coisas, organizar e dar acesso à informação estocada e/ou armazenada nesses ambientes.

¹ O termo “arquivística” aparecerá com o “A” maiúsculo, quando se tratar de nomear a disciplina e com “a” minúsculo quando se tratar de adjetivo para diferenciar os fazeres da área com os de outras profissões, como as atividades de classificação e descrição, aqui arquivísticas, pois se diferenciam da classificação e da descrição biblioteconômica.

² A declaração foi aprovada no dia 17 de setembro de 2010 na assembleia geral do ICA, e depois aprovada na 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO em 10 de novembro de 2011.

A materialização desse “tornar disponíveis para uso”, ou seja, organizar e dar acesso à informação, se desdobra na literatura da área, a partir das atividades de classificação e descrição arquivística³, consideradas nucleares no que diz respeito à organização e representação da informação (TOGNOLI et al., 2013). Tais atividades, por sua vez, quando desenvolvidas de maneira equivocada, dão margem a danos ao usuário, seja por conta de representações enviesadas, seja quando o sistema possui o documento, mas esse se mantém inacessível - sem uma explicação ou referência a uma classificação de grau ou prazo de sigilo⁴ - ou perdido dentro do acervo (ERIKSEN, 2010; COX, 2013).

Esses quesitos remetem à reflexão de que não cabe ao arquivista somente o conhecimento e domínio teórico e prático da Arquivística, mas também o seu comprometimento no exercício profissional, uma vez que uma profissão pressupõe uma expressão social e moral (SÁ, 2000).

Souza (2002) também apresenta a questão social e moral a partir da perspectiva dos profissionais da informação, em seu estudo sobre as questões éticas e deontológicas na área da Biblioteconomia destacando que “compreender a ética das profissões da informação e sua deontologia exige uma competência específica das entidades formadoras de profissionais, o que coloca a universidade e as entidades profissionais diante de um compromisso com o próprio futuro da sociedade” (SOUZA, 2002, p. 16). O autor demonstra, assim, que as questões éticas devem ser pensadas juntamente com o aprendizado teórico de uma área e que essa discussão deve ser estendida para além da formação do profissional.

Pensando nesses possíveis dilemas, é necessário lembrar que aos arquivistas cabem deveres profissionais que são relativos ao exercício de suas atividades e, dentre elas, a atividade de organizar e dar acesso à informação, geralmente esses deveres estão expressos em códigos de conduta profissional.

Esses códigos podem ser compreendidos como “um acordo explícito entre membros de um grupo social: uma categoria profissional, um partido político, uma associação civil etc.” e tem por objetivo esclarecer “como aquele grupo social, que o constitui, pensa e define sua própria identidade política e social; e como aquele grupo social se compromete a realizar

³ BRASIL. Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978, apresenta em seu Art.2º que versa sobre as atribuições do arquivista, que é atribuído ao profissional a “VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;” Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 02 jul 2015.

⁴BRASIL, Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que versa sobre o Acesso à Informação, e traz na Seção II sobre a “classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo.” Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 02 jul 2015.

seus objetivos particulares de um modo compatível com os princípios universais da ética” (BELLOTTO, 2014, p. 271).

Tendo em vista os possíveis dilemas relacionados às atividades de organização e representação da informação arquivística é necessário analisar os códigos de conduta profissional do arquivista, especificamente nas questões ligadas à classificação e descrição, uma vez que essas atividades, como já mencionado anteriormente, possuem natureza mediadora entre a produção e o uso da informação (GUIMARÃES, MILANI, PINHO, 2008).

Assim, parte-se do pressuposto que, no processo de aquisição do conhecimento para a formação do arquivista, faz-se necessário, além da dimensão dos conteúdos específicos, a dimensão do exercício profissional, ou, em outras palavras, além do *o que fazer*, é igualmente importante *o como*, *o porquê* e *o para que fazer*. E essa dimensão do exercício pressupõe a ética profissional, uma vez que se tem todo um conjunto de valores, posturas e atitudes envolvidos, os quais refletirão não somente na atuação individual ou coletiva (categoria) do profissional, mas na sociedade como um todo, com consequências para os usuários dos arquivos.

Estabelece-se, então, como problema específico desta pesquisa, até que ponto os códigos de conduta do arquivista abordam as questões relacionadas às atividades de classificação e descrição documental e, mais especialmente, quais valores estão ligados a essas atividades.

Na tentativa de obter alguma resposta a essa pergunta, foi traçado como objetivo geral da pesquisa apresentar um panorama teórico sobre os aspectos éticos envolvidos nas atividades de organização da informação – classificação e descrição – na Arquivística a partir dos códigos de ética do arquivista. Decorrendo disso, tem-se, como objetivo específico, identificar e sistematizar os valores éticos e posturas relacionados às atividades de classificação e descrição no contexto dos códigos de ética da área dos países Austrália, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Espanha, França, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suíça e do *International Council on Archives*.

O interesse desta pesquisa, num primeiro momento, se justifica pelo fato de o Brasil possuir dois documentos norteadores da conduta profissional do arquivista, sendo eles, os Princípios Éticos do Arquivista, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)⁵, e o Código de Ética para Arquivistas, do *International Council on Archives* (ICA). No entanto,

⁵ A coleta do corpus da pesquisa foi realizada em 2014, antes de acontecer a dissolução da Associação dos Arquivistas Brasileiros e sua página web parar de funcionar. Mais informações acesse o link http://www.arqsp.org.br/?l=noticias_resultado&id=365&keyword=ARQ-SP+Institucional.

são documentos opcionais em que o profissional pode ou não pautar sua conduta, pois não há um órgão fiscalizador da profissão do arquivista, como demonstra o estudo de Rocha e Konrad (2013), que se propuseram analisar a conduta do arquivista frente à lei de acesso à informação brasileira.⁶

Reitera-se a necessidade de comparar e analisar as informações já existentes no contexto brasileiro com as de outros países, pois existe uma carência de literatura na área que ampare os dilemas éticos dos profissionais na realização de suas atividades de organização e representação da informação. Nesse sentido, pretende-se contribuir com a produção de literatura sobre questões éticas na atuação profissional do arquivista, para possibilitar informações que tratem sobre a conduta do profissional (indivíduo e categoria). Por fim, destaca-se o interesse como pesquisadora em contribuir para o crescimento da Arquivística, do arquivista e de suas atividades a serviço da sociedade.

Sendo assim, a pesquisa busca o embasamento teórico na área da Arquivística para discorrer sobre as atividades de classificação e descrição, e na Ciência da Informação com os estudos já realizados sobre ética na representação e organização.

No capítulo 2 sobre “Ética arquivística: considerações teóricas” busca-se trazer de forma preliminar uma contextualização sobre a ética e valores éticos, bem como o que vem sendo abordado na literatura da área sobre ética arquivística.

O capítulo 3 sobre “Classificação e descrição como atividades de organização da informação arquivística” dedica-se a tratar das atividades de classificação e descrição, não está focado nos processos de como cada atividade é desenvolvida, mas sim, voltado ao entendimento e contextualização da formulação de cada conceito.

O capítulo 4 sobre “Metodologia” apresenta a análise de conteúdo e suas etapas (pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados) que compuseram os critérios de seleção e análise do corpus da pesquisa.

O capítulo 5 sobre “Classificação e a descrição em códigos de ética do profissional arquivista: a questão dos valores” é constituído por duas etapas relacionadas à análise de conteúdo, sendo a primeira correspondente à exploração do material que serviu para contextualizar a produção dos códigos analisados, enquanto a segunda corresponde ao

⁶ A lei de acesso à informação, também conhecida como LAI, “Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 09 dez 2014.

tratamento dos resultados, ou seja, da identificação dos valores obtidos por meio da análise de conteúdo.

A conclusão apresentada resgata o que foi tratado durante o trabalho e sinaliza para o futuro com ideias para possíveis pesquisas relacionada à temática tratada nessa dissertação. No APÊNDICE A, constam as fichas de descrição de cada código. Quanto ao ANEXO A apresenta-se a listagem de onde foram encontrados os códigos internacionais.

2 ÉTICA ARQUIVÍSTICA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A palavra ética traz consigo uma diversidade conceitual a partir de diferentes concepções teóricas, mas tem como substrato ser inerente ao homem, em sua vida em sociedade (ABELA, 2008).

Assim, no presente capítulo, parte-se de uma breve contextualização da ética no âmbito da Filosofia, para se chegar à sua abordagem na Ciência da Informação e, em especial, na Arquivística, no que tange às suas práticas de organização e representação da informação.

A ética, como apresenta Sá (2000), pode ser entendida em seu sentido amplo como “*a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes*” (SÁ, 2000, p. 15, grifo do autor), reafirmando os dois elementos que lhe são intrínsecos: o homem e a sociedade.

Integrando o universo de estudos da Filosofia, a ética, como destacam Japiassú e Marcondes (2008), “está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme a sabedoria filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcançá-las”, diferente da moral que se preocupa com a “construção de um conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma via em comum justa e harmoniosa”, ou seja, a moral diz respeito “aos costumes, valores e normas de conduta específicos de uma sociedade ou cultura”, enquanto a ética “considera a ação humana do seu ponto de vista valorativo e normativo, em um sentido mais genérico e abstrato”⁷ (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 97 e 193).

Cortina e Martinez (2005) destacam uma tripla função da ética, no sentido de esclarecer o que é moral, trazer fundamentos à moralidade, e, como resultado, aplicar, em um dado contexto social, os resultados advindos dessas duas funções (CORTINA; MARTINEZ, 2005, p. 21).

Destaca-se aqui a função aplicada, pois, é nos diferentes âmbitos da vida social que se pode encontrar a dimensão da ética relacionada às profissões, entendida por Guimarães (2006) como “um conjunto de valores que um dado segmento social, caracterizado pela especificidade de um saber e de um fazer (profissão), estabelece como necessários e fundamentais ao exercício dessa profissão, decorrendo de questões de responsabilidade profissional” (GUIMARÃES, 2006, p. 237).

Quanto aos estudos éticos realizados na Ciência da Informação destaca-se o trabalho realizado por Bufrem et. al. (2008), que fizeram uma análise da produção científica da área na

⁷ Japiassú e Marcondes (2008) trazem que os valores do ponto de vista ético são “os fundamentos da moral, das normas e regras que prescrevem a conduta correta” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 275)

base de dados BRAPCI, referente ao período de 1970 a 2006, buscando as tendências investigativas sobre a temática ética.

As autoras observaram nove tendências, sendo elas: *ética profissional*, ética e conhecimento científico, ética e tecnologia, ética – aspectos teóricos, ética e direito à informação, ética nas organizações, ética e direito autoral, ética e trabalho, ética e políticas de informação.⁸ Como as próprias autoras destacam a maioria dos artigos estão voltados “às questões específicas da formação profissional de bibliotecários, imbricada com preocupações contemporâneas do universo do trabalho” (BUFREM et. al. 2008, p. 229.). Nesse contexto, as pesquisas de Souza (2002, 2007) merecem especial destaque, notadamente no que se refere à atuação do profissional bibliotecário.

Verticalizando a questão para as atividades de organização e representação do conhecimento na literatura da Ciência da Informação, Guimarães, Milani e Pinho (2008) dedicam especial atenção aos valores que, nesse contexto, refletem crenças e comportamentos que, em dado âmbito social, assumem a condição de princípios, normas ou padrões consensualmente eleitos em direta sincronia com as raízes culturais de cada sociedade. Tal aspecto dá origem à reflexão ética, ou julgamento moral (GUIMARÃES, MILANI, PINHO, 2008, p. 125).

Ainda no âmbito da Ciência da Informação, Guimarães e Molina (2010), ao realizarem um estudo sobre a literatura no que tange à organização e representação do conhecimento, identificam os valores relacionados a três esferas: a dos valores superiores que “devem guiar toda a atividade informativa”, a dos valores “reconhecidos previamente como requisitos profissionais porque são essenciais para a ação profissional”, e a dos valores que, embora por muito tempo tidos “como simples medidas de recuperação da informação” são “porém reconhecidos como parte do universo axiológico da organização e representação do conhecimento” (GUIMARÃES; FERNANDEZ-MOLINA, 2010, p.244 tradução livre). Essa discussão se completa por estudo anterior dos autores (FERNANDEZ-MOLINA; GUIMARÃES, 2002) em que a questão dos valores relacionados às atividades de organização e representação do conhecimento foram analisados a partir da realidade de 16 códigos de conduta dos profissionais bibliotecários, perceberam que a tônica recai sobre as atividades de gestão e de atendimento ao usuário, com poucas referências aos valores envolvidos na organização da informação (FERNÁNDEZ-MOLINA; GUIMARÃES, 2002, p. 491).

⁸ As tendências estão escritas em ordem de frequência, ou seja, da quantidade de artigos em que as tendências foram identificadas, do maior para o menor.

Trazendo esse entendimento de função aplicada da ética para o universo profissional dos arquivistas, surge a necessidade de melhor compreender a ética para tais profissionais que se deparam com situações que precisam ser resolvidas para que as atividades de organização e representação da informação possam ser realizadas de forma confiável.

Para tanto, considera-se aqui, a Arquivística como uma dimensão teórica e profissional que pode ser discutida no âmbito da Ciência da Informação, sendo um campo que ampara as teorias e práticas ligadas aos processos e fluxos da informação “[...] desde sua criação até a sua utilização, e sua transmissão ao receptor em uma variedade de formas, por meio de uma variedade de canais” (SMIT e BARRETO, 2002, p. 17-18). Reitera-se, assim, o seu papel de “[...] fornecer um conjunto de informações que levam melhorias às diversas instituições e procedimentos dedicados à acumulação e transmissão de conhecimentos” (BORKO, 1968, p. 2, tradução livre) que foram registradas para que perdurassem ao longo do tempo e fossem localizadas no espaço, de modo a gerar conhecimento individual e social. Essas informações registradas são “[...] estocadas em função de um uso futuro, causando a institucionalização da informação” (SMIT; BARRETO, 2002, p. 21-22).

No caso, tem-se um conjunto de princípios e práticas desenvolvidos no arquivo relativos às atividades de criação, organização e distribuição da informação que estão contidas nos documentos das instituições ou pessoas que os criaram e/ou acumularam. Desse modo, o documento constitui elemento fundamental à atuação arquivística, sendo registros informacionais específicos que “[...] são produtos de uma atividade de coleção consciente, documentos arquivísticos têm em comum o fato de que eles estão vinculados ao processo pelos quais foram gerados” (THOMASSEM, 2006, p. 6).

Esse vínculo documental é mantido e percebido a partir da aplicação do princípio norteador da Arquivística, o *respect des fonds*, que segundo Duchein (1983, p. 64, tradução livre), “[...] significa agrupar, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer tipo) criados por ou advindos de uma administração, estabelecimento, pessoa ou instituição”.

Assim, as atividades e intervenções realizadas e/ou desenvolvidas pelos arquivistas ocorrem, segundo Rousseau e Couture (1998, p. 79), à luz do princípio da proveniência, bem como o “[...] reconhecimento do fundo de arquivo como unidade central das operações arquivísticas”.

De forma a estabelecer uma ponte entre a informação produzida e aquele que dela fará uso, torna-se necessário um conjunto de procedimentos, dentre os quais se destacam a classificação e a descrição arquivística, entendidas como atividades realizadas no processo da organização arquivística (LOPEZ, 2002).

Considerando que o objetivo desta pesquisa reside em torno da discussão ética relacionada a essas duas atividades, buscou-se na literatura da área, informações sobre o que vem sendo tratado sobre ética no campo da Arquivística.

Ao analisar alguns estudos sobre ética na área, observou-se que, em alguns deles, a tônica da discussão recai sobre o que se pode entender como ética e a formação profissional do arquivista, (COX, 2010; GILLILAND, 2011), outros caem sobre os códigos de ética (DINGWALL, 2004; COOK, 2006; WALLACE, 2010; MITCHELL, 2013; BELLOTTO, 2014; REGO et. al., 2014, SILVA, GUIMARÃES, TOGNOLI, 2015), e também nos relatos de dilemas éticos que o profissional e/ou as instituições arquivísticas enfrentam (ERIKSEN, 2010; COX, 2013; DANIELSON, 2013). No entanto, é válido ressaltar que todos esses estudos perpassam o aquilo a que Danielson (2010) se refere como as diversas formas de visualizar a ética arquivística, retomando sempre a perspectiva legal, as normas estabelecidas pela própria categoria profissional e a responsabilidade social.

Ao discorrer sobre a necessidade do estudo da ética na formação do arquivista, Cox (2010) relata sua experiência como professor da disciplina *Archival Access, Advocacy, and Ethics*, e salienta sobre a necessidade de trabalhar questões éticas juntamente com o aprendizado teórico da área, pois “inserir alguém nos meandros das normas descritivas e de metadados é uma coisa, mas não se pode esperar muito se esse indivíduo não está preparado para lidar com as questões de propriedade intelectual, privacidade, questões legais, e uma série de outras questões com implicações éticas” (COX, 2010, p. 28, tradução livre).

O autor ainda recorda que os arquivistas trabalham em um local voltado não apenas para preservar a memória social ou coletiva, mas também para revelar o que fora obscuro em uma determinada época. Assim “a aquisição, conservação, representação, e acesso dos materiais de arquivo sempre têm o potencial de envolver os arquivistas em disputas e desastres, não importando o quão cuidadosos ou conservadores sejam os esforços [desses profissionais]” (COX, 2010, p. 26, tradução livre).

Gilliland (2011) destaca a importância da discussão ética no ensino e na formação desses arquivistas, pois

O conteúdo dos códigos de ética profissional tende a não englobar as atividades dos professores nos cursos de graduação ou pós-graduação em Arquivologia, uma vez que esses códigos são dirigidos às preocupações relacionadas à prática profissional e não ao ensino acadêmico. Assim, esses professores preparam os futuros profissionais para a prática do arquivo, bem como os pós-graduandos no ensino e na pesquisa. O papel de ensinar exige que esses professores se mantenham atualizados com a prática profissional, bem como compreender e comunicar os valores e as preocupações que estão envoltos na atuação profissional (GILLILAND, 2011, p.199, tradução livre).

Um exemplo interessante sobre essa questão é compartilhado pela autora ao relatar sobre o programa de pós-graduação do departamento de *Information Studies*⁹ da *University of California, Los Angeles* em que a disciplina *Ethics, Diversity and Change* é requerida a todos os alunos de mestrado (GILLILAND, 2011).

Quanto aos estudos voltados aos códigos de ética, Mitchell (2013) enfatiza que os arquivistas precisam divulgar, observar e honrar esses documentos, pois apresentam “declarações públicas que nos ajudam a definirmos como profissionais” e que essa “adoção de um código de ética é uma marca da maioria das profissões, porque a própria existência do código é uma estipulação de obrigações para além do interesse próprio” e ainda se constitui como uma “afirmação pública de que os profissionais levam suas obrigações a sério” (MITCHELL, 2013, p. 61-62, tradução livre).

Dingwall (2004) ao discorrer sobre cinco¹⁰ códigos de ética do arquivista, demonstra a importância desses documentos em auxiliar o estabelecimento da fé pública.¹¹ O autor destaca que existem dois pontos a se pensar ao tratar de ações éticas, sendo o primeiro relacionado a uma orientação suficiente para o exercício profissional e, o segundo voltado à autonomia do profissional em exercer a decisão sobre suas ações.

Para o autor, o primeiro ponto foi superado pelos arquivistas com as construções dos códigos de ética. No entanto, o segundo ponto é mais complicado, pois a autonomia está “ligada ao público em entender os arquivos, confiar nos arquivistas, e nas relações estabelecidas entre os arquivistas e seus usuários e empregadores” (DINGWALL, 2004, p.12, tradução livre).

Dingwall (2004) destaca que os códigos de ética apresentam múltiplos propósitos tais como: aprimorar o status de uma profissão, regulamentar práticas profissionais, definir e delimitar responsabilidades e guiar as ações profissionais. O autor destaca, ainda, que o código de ética de uma profissão serve para fortalecer a confiança entre o profissional e o público, em que o profissional detém o conhecimento necessário para realizar seu trabalho, um “conhecimento diferenciado [que] cria uma assimétrica relação de poder entre o profissional e o cliente” (DINGWALL, 2004, p. 21, tradução livre).

⁹ O mestrado em *Library and Information Studies* é composto por especializações em *Library Studies*, *Informatics* e *Archival Studies*.

¹⁰ Os códigos analisados por Dingwall (2004), foram das associações: Association of Canadian Archivists – ACA, Society of American Archivists – SAA, Society of Archivists [United Kingdom] – AS, Australian Society of Archivists – ASA e International Council on Archives – ICA.

¹¹ A fé pública segundo o direito administrativo é a “presunção legal de autenticidade de documento expedido por autoridade pública, no exercício de suas funções” (OTHON SIDOU, J.M. Dicionário jurídico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.)

Pensar essa relação entre o arquivista e seu usuário, não é algo tão simples, pois não constitui uma relação bilateral, mas multilateral. Dingwall (2004) formula essas relações na ideia de um triângulo em que, de um lado, têm-se os produtores dos documentos e as pessoas ligadas aos documentos, de outro lado, os usuários dos documentos e, por fim, o arquivista, que tem a função de “mediar a relação entre produtores e usuários que ocorrem indiretamente por meio dos documentos” (DINGWALL, 2004, p. 21, tradução livre).

Essa construção da ética arquivística a partir das relações entre produtores de documentos, grupos de usuários e instituições arquivísticas não ocorre de forma contínua, pois, como o autor exemplifica, os “documentos podem ter sido criados há centenas de anos, mas seus produtores continuam tendo necessidades que devem ser atendidas. Da mesma forma, potenciais usuários desses documentos podem ainda nem ter nascido, mas as necessidades desses usuários devem ser levadas em conta” (DINGWALL, 2004, p. 29, tradução livre).

Sobre uma das responsabilidades do arquivista, o autor ainda destaca que “os arquivistas devem fazer um esforço para educar-se e educar seus colegas, sobre suas responsabilidades éticas” (DINGWALL, 2004, p. 30, tradução livre), pois o próprio indivíduo é responsável por suas ações éticas.

Ainda sobre os códigos, Danielson (2010) enfatiza a importância de mantê-los atualizados, na medida em que “códigos de ética são documentos vivos, sujeitos a frequentes revisões e reformulações. Os preceitos de todo código de ética requerem frequentes discussões e atualizações” (DANIELSON, 2010, p. 27, tradução livre), o que evidencia a preocupação dos profissionais em criar o hábito e tomar para si a responsabilidade de discutir problemas e buscar resoluções tanto para as questões práticas quanto para as teóricas da área.

Quanto aos dilemas éticos que o profissional e/ou as instituições arquivísticas enfrentam destaca-se aqui o relato de Karen Eriksen (2010), sobre dois pesquisadores dos Estados Unidos. Um primeiro caso, no ano 2006, trouxe à tona o envolvimento do *National Archives and Records Administration* – NARA em acordos secretos com agências do governo para reclassificar o acesso à informação a certos documentos, sem informação ao público.

O outro caso, no ano de 2008, demonstra a dificuldade do pesquisador em ter acesso a documentos do próprio NARA relacionados ao *Office of Presidential Libraries*. O pesquisador Anthony Clark percebeu que os documentos disponíveis, relacionados à biblioteca presidencial, referiam-se somente até a década de 60, sem que nenhum arquivista do NARA soubesse explicar o porquê disso (ERIKSEN, 2010, p. 165).

Só depois de sete meses, após ter enviado uma carta ao *NARA* buscando explicações, o pesquisador obteve uma resposta explicando que os documentos que ele buscava eram considerados “operacionais” e que se quisesse ter acesso a eles, deveria recorrer ao *Freedom of Information Act*¹² - *FOIA*. O pesquisador assim agiu, mesmo sem ter informações sobre os documentos, pois não haviam sido processados, ou seja, também não haviam sido descritos. Por meio do *FOIA*, após muitas respostas insuficientes fornecidas pelo *NARA*, Clark conseguiu um acordo de que eles disponibilizariam nove caixas (processadas) por mês, para que ele pudesse ter acesso, no entanto, esse acordo não foi cumprido.

Eriksen (2010) destaca, nos dois casos, a responsabilidade da SAA em relação ao ocorrido. No que diz respeito ao caso de Clark, relata a tentativa de Richard Cox em entrar em contato com a SAA, em busca de um pronunciamento sobre o caso, após oito meses o então diretor da SAA, Frank Boles se manifestou e ao “interpretar o Código de Ética destacou que a SAA está absolvida de qualquer responsabilidade de investigar ou tomar uma posição a respeito do caso de Clark” (ERIKSEN, 2010, p. 167, tradução livre).

Cox (2013) apresenta outro caso, em que a *NARA* estava envolvida “nas trincheiras”, buscando equilibrar a ética, direito e responsabilidade do governo frente à destruição indevida de documentos pela *Central Intelligence Agency* – *CIA*, demonstrando mais uma vez que o arquivista está envolto pela complexidade legal, ética e social.

Danielson (2013) apresenta casos relacionados a documentos roubados e os dilemas éticos relacionados a isso, como a quebra do princípio da proveniência e da ordem original em situações como a guerra, nos casos de países que foram colonizados, bem como dos países que levam os documentos do seu país de origem por entenderem que precisa ter melhor acondicionado e/ou divulgado para o resto da humanidade.

¹² O Freedom of Information Act – FOIA é uma lei que lhe dá o direito de acesso a informações do governo federal. É muitas vezes descrita como a lei que mantém os cidadãos cientes sobre seu governo. Disponível em: < <http://www.foia.gov/>>. Acesso em: 11 maio 2016.

3 CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO COMO ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Neste capítulo busca-se uma breve contextualização do que vem sendo construído na área, desde a ideia do princípio de respeito ao fundo até ao novo entendimento de documento na sociedade contemporânea, com o foco nas atividades de classificação e descrição arquivística (COOK, 1997; LOPES, 1996; YAKEL, 2003; SOUSA, 2006; BARROS, 2010; TOGNOLI et al., 2013).

As atividades de classificação e descrição arquivística, bem como os arquivos, surgem a partir de necessidades sociais, buscando solucionar problemas enfrentados pela sociedade e pelos profissionais que atuam nesses ambientes, nesse caso, os arquivos.

Em sua pesquisa sobre uma análise histórica e conceitual¹³ dos termos classificação e descrição na Arquivística, Barros (2010) mescla a análise do discurso e fatores sócio-históricos para elucidar um pouco mais sobre como tais conceitos vêm sendo construídos e modificados na área no decorrer dos anos, tanto no âmbito nacional como internacional, desde a Arquivística clássica à contemporânea.

Nessa jornada teórica, Barros (2010) apresenta pontos cruciais sobre as mudanças que a arquivística contemporânea, advinda das correntes teóricas - americana e canadense -, proporciona para a área, como o entendimento do documento de arquivo, que passa a ser visto como uma construção, sendo assim, “em hipótese alguma, [existe] naturalidade na guarda, no processamento e no conteúdo [do documento].”, sendo entendido ainda como “parte de um processo científico e burocrático permeado por uma posição ideológico-histórica, consciente ou não, uma vez que, no processamento técnico, existe um campo teórico, mas existe, também, um campo ideológico e um sujeito que interfere nos documentos que organiza” (BARROS, 2010, p. 14).

Os surgimentos e mudanças teóricas e técnicas da área estão relacionados e são provocados pela “mudança estrutural dos aparelhos de poder” (BARROS, 2010, p. 21), como se pode observar no surgimento do princípio do *respect des fonds*, no Brasil traduzido por princípio do respeito ao fundo, que foi elaborado na França em 1841, no período do Império Francês (1804-1870) por Natalis de Wailly, a partir de uma necessidade prática, enfrentada pelo *Archivo Nationales*, que teve sua fundação em 1794, durante o período da Revolução Francesa (1789-1799).

¹³ Ressaltando que o autor não realiza uma “análise propriamente dita dos conceitos de classificação-descrição dos manuais, e sim a configuração histórica da Arquivística e seu quadro conceitual principal”. (BARROS, 2010, p.17).

A Revolução Francesa, bem como o Império Francês (1804-1870), teve parte na construção de um dos manuais considerado como marco teórico da Arquivística, o “Manual de arranjo e descrição de arquivos” (1898), dos holandeses Samuel Muller, Johan A. Feith e Robert Fruim, que elaboraram o manual juntamente com a Associação dos Arquivistas Holandeses, o Arquivo Nacional e o Ministério de Interiores (COOK, 1997).

Um reflexo dessa influência pode ser observado pelo fato de um dos autores, Samuel Muller, ter estudado na *École des Chartes*, bem como pelo conceito de proveniência ser utilizado em arquivos da Holanda (COOK, 1997).

Assim, a partir do manual dos arquivistas holandeses, o princípio da proveniência e outras discussões relacionadas à classificação e à descrição arquivística foram propagadas, refletindo na construção do pensamento teórico em outras partes do mundo, pois o manual foi traduzido para o alemão (1905), italiano (1908), francês (1910), búlgaro (1912), russo (1931), inglês (Estados Unidos) (1920), inglês (Inglaterra) (1940), chinês (1959), português (Brasil) (1960) e estoniano (1998) (HORSMAN, KETELAAR, THOMASSEN, 2003; BARROS, 2010).

Outra obra de impacto para a construção do pensamento arquivístico é a publicação do inglês Hillary Jenkinson, com *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making* (1922), e mais uma vez, bem como não podia ser diferente, a elaboração do manual está relacionada às questões práticas que partiram da vivência do autor em determinado tempo-espaço, e que tem como pano de fundo a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Jenkinson se depara com uma produção documental acentuada, pois, em tempo de guerra, além das questões e preocupações já existentes na administração de um governo, outras questões entram em cena, produzindo e/ou modificando os tipos documentais. E para lidar com as questões de organização, o arquivista inglês se pauta no manual dos arquivistas holandeses quanto às atividades de classificação e descrição. É necessário ressaltar que, anterior a isso, as preocupações de organização estavam relacionadas aos documentos medievais, e os problemas de organização e representação na arquivística se acentuaram com as duas Guerras Mundiais, o que proporcionou um desenvolvimento tecnológico que refletiu no aumento da produção documental (BARROS, 2010).

Sobre a visão de Jenkinson, Barros (2010) comenta que o inglês entendia os arquivos e os arquivistas como “objetivos e neutros, invisíveis e passivos. O arquivista é visto como um guardião dos documentos, o documento é visto como um resíduo da atividade administrativa,

o arquivista não é responsável pela seleção dos documentos e não interfere conscientemente na documentação que guarda e organiza” (BARROS, 2010, p. 27).

A pesar de sua visão restrita da atuação profissional do arquivista, Jenkinson se preocupa com a finalidade do arquivo enquanto instituição e da Arquivística enquanto disciplina, e contribui para a ampliação do entendimento sobre a organização dos fundos, como a separação de grupos menores dentro do fundo para organizá-lo. (BARROS, 2010).

Saindo da Europa e indo para a América, mais especificamente nos Estados Unidos, encontra-se outro teórico de grande influência para a construção teórica da Arquivística, o americano Theodore Roosevelt Schellenberg, autor de *Modern Archives: Principles and Techniques* (1956) e *The Management of Archives* (1965), obras que também possuem grande influência na área, pois marcam uma espécie de ponto de transição do que fora anteriormente pensado para a época contemporânea.

As contribuições teóricas de Schellenberg partem de sua vivência profissional que, segundo Barros (2010), relacionou-se com a crise econômica dos Estados Unidos em 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e que refletiram de maneira gritante no aumento da produção documental.

Destaca-se aqui que, em meio a tantas mudanças internas de um país, Schellenberg assume o Arquivo Nacional Americano (1935), e é nesse contexto que sua construção teórica passa a ser formulada, entrando em conflito com o que fora proposto por Jenkinson, que apresentava um enfoque diferente sobre como o arquivista deveria atuar e como o arquivo e a teoria Arquivística se compõem.

Quanto à escola espanhola, que surge em 1856 com a *Escuela Superior de Diplomática*, além de suas discussões teóricas, influenciada pela escola francesa, apresenta um ponto interessante sobre a formação do arquivista, pois, desde essa época passa a existir um diálogo entre arquivistas e bibliotecários.

Outro ponto a ser destacado sobre a escola espanhola é a influência da obra *Archivistica Geral* (1986), da autora Antonia Heredia Herrera, outras obras e autores também tiveram parte no desenvolvimento da área na Espanha.

No entanto, Heredia Herrera, além de tratar sobre diversas questões metodológicas na Arquivística, tem um enfoque maior para as atividades de descrição e preocupa-se “principalmente com a normalização da descrição antes e depois da publicação da ISAD (G) e as normas relacionadas” (BARROS, 2010, p.46).¹⁴

¹⁴ A ISAD(G), é uma Norma geral de descrição arquivística, elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA / *International Council on Archives* ICA. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/>>

Tanto a escola espanhola quanto as escolas francesa e americana tiveram, e ainda têm, influência na formação do pensamento da Arquivística no Brasil. Porém, diferentemente dos demais países já mencionados, o Brasil começa a caminhar na teoria Arquivística e na atuação profissional do arquivista a partir de 1958 com o Arquivo Nacional sob a direção de José Honório Rodrigues (BARROS, 2010; REGO, 2015).

A partir daí, foram promovidos cursos para os funcionários do Arquivo Nacional, nos quais professores e arquivistas internacionais ministraram, como o francês Henri Boullier de Branche e o norte-americano Theodore R. Schellenberg.

Cursos técnicos foram criados durante esse período, no entanto, somente em 1972 foi aprovado um curso de nível superior de Arquivologia no Brasil. Atualmente o país possui 17 cursos de nível superior em Arquivologia em Universidades Federais e Estaduais (REGO, 2015).

Heloísa Liberalli Bellotto faz parte do corpo teórico que influenciou o desenvolvimento da Arquivística no Brasil, sua obra *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental* (1991) traz para o país influências da escola espanhola, pois a autora estudou na *Escuela de Documentalistas de Madrid*, mas também demonstra influências de Schellenberg e Holmes (BARROS, 2010).

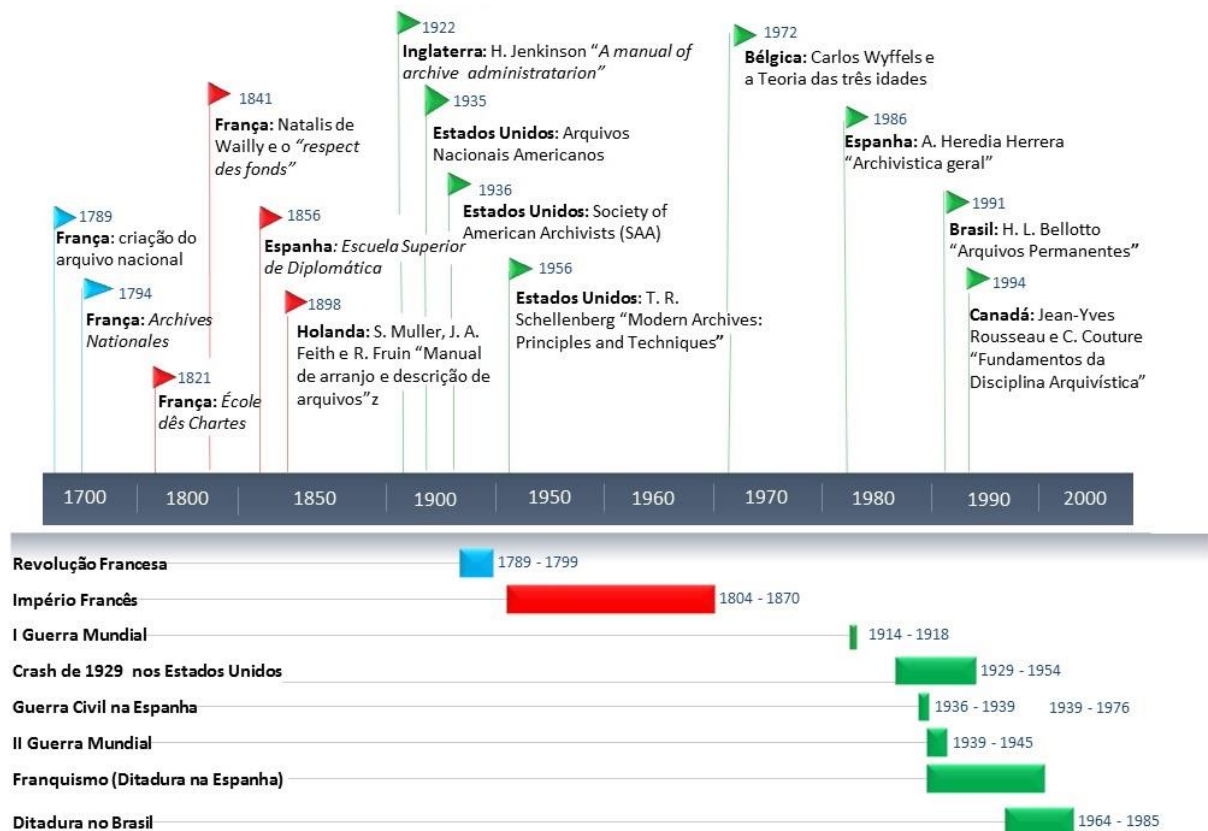
Destaca-se, ainda, as obras de Lopes (1996, 1998) que aproximam a escola canadense da teoria brasileira.

Quanto à escola canadense, Barros (2010) evidencia que a mesma se apresenta em três eixos de pesquisa, voltados a avaliação documental, a integração dos arquivos correntes e permanentes e a diplomática, todos complementares.

Sobre a teoria desenvolvida no Canadá, é válido ressaltar que para o Canadá-inglês o princípio da proveniência é mais destacado, enquanto para o Canadá-francês o respeito ao fundo é mais relevante (BARROS, 2010).

A teoria canadense passa a entender como conceitos o que anteriormente fora enfatizado como princípios, e tais mudanças passam a ocorrer no momento em que se aumenta a produção de documentos no ambiente digital.

Numa tentativa de ilustrar alguns pontos teóricos da área, segue a **figura 01** – Linha do tempo teórica.

Figura 1 - Linha do tempo teórica

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Barros (2010), utilizando o *software Office Timeline*

Podem-se observar, na **figura 01**, três momentos teóricos da disciplina. O primeiro relacionado à história, como uma ciência auxiliar, na qual, como destaca Sousa (2006), a origem administrativa não era levada em conta, mas sim o valor informativo do documento. A necessidade evidenciada era de organizar a documentação medieval e do regime anterior. (BARROS, 2010).

O segundo momento, conforme Barros (2010), pode ser observado “entre os anos de 1940-1960, tem-se a Arquivística como uma disciplina auxiliar da administração” (BARROS, 2010, p.41), devido às questões como aumento da produção documental relacionado às questões históricas e do desenvolvimento tecnológico.

O terceiro e último momento começa em meados de 1980 e se estende à atualidade, onde a Arquivística está “ligada à ciência da informação-documentação ou autônoma” relacionada às novas formas de pensar a área, isto é, em relação à corrente canadense como a “Arquivística Integrada – liderada pelas figuras de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture –, a Arquivística Funcional – fundamentada principalmente na avaliação e proveniência, liderada por Terry Cook – e a Diplomática Contemporânea, liderada por Luciana Duranti” (BARROS, 2010, p. 41e 42).

Relembrando os marcos teóricos da área, como a publicação do manual dos arquivistas holandeses, observa-se que a classificação e a descrição arquivística estão fundamentadas no princípio de respeito ao fundo e da ordem original, como demonstra os estudos de Barros (2010) e Sousa (2006, 2007a).

Quanto à descrição arquivística, para os holandeses era entendida como um guia do arquivo, utilizada apenas como ferramenta de subsídio à classificação, como enunciado no capítulo III sobre descrição dos documentos de arquivo: “37. O que se tem em mira, na descrição do arquivo, é que o inventário sirva simplesmente como um guia. Deve, portanto, fornecer um esquema do conteúdo do arquivo e não o conteúdo dos documentos” (MULLER, FEITH e FRUIN, 1973, p. 79).

Tanto para os arquivistas holandeses, quanto para Hillary Jenkinson, a descrição ficava em segundo plano em relação à classificação.

No entanto Jenkinson, em seu manual, entende a classificação dividida em duas etapas, sendo a primeira voltada ao estudo do contexto em que esse documento é produzido e na segunda etapa a divisão das classes documentais, sendo que o estabelecimento dessas classes se dá em função do princípio da ordem original (BARROS, 2010).

Schellenberg também discute questões voltadas à classificação e à descrição nos arquivos, e pode-se destacar aqui uma das questões terminológicas que ainda é discutida na área, que é a diferença entre classificação e arranjo, sendo o primeiro para designar a atividade na documentação corrente e a segundo para documentos permanentes.

No estudo sobre a obra Arquivos Moderno, Barros (2010) retoma que Schellenberg foi um dos primeiros a tratar sobre a classificação funcional, na qual tal atividade deve estar baseada no conjunto de funções e atividades desenvolvidas, e não mais pela estrutura, pois a realização de uma classificação estrutural só pode ser praticada a partir de uma administração estável. Sobre a atividade de descrição, Schellenberg a compreende em dois grupos de instrumentos de pesquisa, um relacionado ao princípio da proveniência e outro à pertinência, ou seja, ao assunto. (SCHELLENBERG, 2006)

Observa-se, então, que a forma de pensar e entender as atividades de representação arquivística está relacionada ao tempo-espço em que essa mudança ocorreu, voltada às necessidades sociais da época em que há uma produção documental em larga escala.

Para Heredia Herrera (1995), classificar é “separar é dividir um conjunto de elementos estabelecendo classes ou grupos; ordenar é unir todos os elementos de cada grupo seguindo uma unidade de ordem, que pode ser a data, o alfabeto, tamanho ou número” e diferencia a classificação da ordenação, sendo a classificação “aplicada à totalidade do fundo e das

<<seções do fundo>>, enquanto a ordenação é realizada nos documentos de cada série” (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 263, tradução livre), e complementa com o entendimento da classificação como uma atividade profunda e intelectual, já a ordenação é entendida como algo mais mecânico.

Quanto à descrição arquivística, Heredia Herrera (1995) retoma o que Schellenberg trouxe sendo uma tarefa específica dos arquivistas para elaborar instrumentos que facilitam o acesso aos documentos.

A autora compreende a atividade como:

Uma análise realizada pelo arquivista sobre os fundos e nos documentos de arquivo agrupados naturalmente ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação e os conteúdos para oferecer aos interessados. Equivale a dar aos documentos de arquivo e suas agrupações a sua identidade, aquelas características que os definem com precisão (elegendo os elementos que o melhor identifiquem) e que permitem e facilitam a comunicação (consulta e recuperação)” (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 299-300, tradução livre).

Em sua obra, Heredia Herrera (1995) também apresenta os produtos produzidos pela descrição, como guias, inventários e catálogos, que são “destinados a facilitar o acesso aos documentos que vai desde uma amplitude extrema (arquivo, fundo) ao detalhe da peça” e são a “representação dos documentos e das suas agrupações, os transformando de forma distinta da original”.

Quanto à obra da Bellotto (1991), sobre arquivos permanentes, Barros (2010) aponta que a autora se subsidia no entendimento do Schellenberg sobre a classificação arquivística, bem como de outros autores como Holmes e Vicenta Cortez.

Bellotto (1991) apresenta a descrição como uma “maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais possam ser alcançados pelos pesquisadores”, e que também “consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem identificar, rastrear, localizar dados, seja pela via sumária, seja pela analítica” (BELLOTTO, 1991, p. 108).

Barros (2010) destaca que Bellotto, em sua obra, apresenta alguns aspectos para normalização da descrição baseados na norma ISAD(G)¹⁵, ou seja, campos que possam possibilitar uma troca de informações pelas instituições, bem como a elaboração de instrumentos de pesquisa visando os documentos produzidos no meio digital.

¹⁵ A Norma geral internacional de descrição arquivística – ISAD (G), foi elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos.

Quanto à corrente teórica canadense, a obra de Rousseau e Couture (1998) é um marco e compreende as atividades de classificação e descrição sob a luz da arquivística integrada. Segundo os autores:

O princípio da proveniência é a base teórica, a lei que rege todas as intervenções arquivísticas. O respeito deste princípio, na organização e no tratamento dos arquivos qualquer que seja a sua origem, idade, natureza ou suporte, garante a constituição e a plena existência da unidade de base em arquivística, a saber, o fundo de arquivo. [...] Pense-se na criação, avaliação, aquisição, **classificação**, **descrição**, comunicação ou na conservação dos arquivos: todas as intervenções do arquivista devem ocorrer sob o signo do princípio da proveniência e, à partida, do reconhecimento do fundo de arquivo como unidade central das operações arquivísticas” (ROUSSEAU; COUTURE 1998, p. 79, grifo nosso).

Sobre essa obra, Barros (2010) salienta que a classificação não é referenciada como um “conceito separado das noções de fundo e proveniência, e descrevem-se as unidades de classificação como os fundos, grupos e série, porém sem distanciar a classificação da descrição, justificável pelo discurso integrador defendido pelos autores” (BARROS, 2010, p. 120).

Semelhante à classificação, não há na obra dos autores canadenses um conceito sobre descrição, no entanto apresentam informações sobre os instrumentos de descrição, como catálogo, guia e inventários.

Lopes (1996), sob a luz da Arquivística Integrada, compreende a classificação como uma “ordenação intelectual e física de acervos, baseada numa proposta de hierarquização das informações referentes aos mesmos”, sendo que a construção acontece por meio do conhecimento derivado “da fonte produtora, das informações acumuladas e dos aspectos materiais e intelectuais do acervo”, assim, a classificação “consiste numa tentativa de representação ideológica das informações contidas nos documentos” (LOPES, 1996, p. 89).

Quanto à descrição, passa a ser entendida como uma atividade que “começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos” (LOPES, 1996, p. 101).

Nesse sentido, Yakel (2003) compreende a classificação e a descrição como representação dos documentos e/ou da informação, ressaltando que:

Os sistemas de representação são tanto uma manifestação da cultura quanto um suporte da cultura. Essas representações estruturadas que mais tarde são processos descritivos que criam limites aceitáveis do pensamento e do discurso em torno da prática de representação arquivística. Ao mesmo

tempo, o sistema de representação efetiva tem de suportar uma certa ambiguidade (YAKEL, 2003, p. 07, tradução livre).

A autora ainda destaca que “As decisões antigas dos arquivistas vêm sendo contabilizadas e em outras funções de arquivamento e esses estudos tem revelado suposições e preconceitos na prática arquivística” (YAKEL, 2003, p. 03, tradução livre).

Quanto às atividades de representação, Sousa (2007b), ao relacionar princípios e requisitos da Teoria da Classificação com o processo de classificação na teoria Arquivística, destaca que:

- A classificação é uma aproximação da realidade e, como tal, uma aproximação. É necessário, entretanto, definir níveis de tolerância quanto à indeterminação. Há limites para essa operação. Limites reconhecidos na própria característica humana de sua elaboração. As indeterminações são mais comprometedoras quando ocorrem nos níveis mais altos da estrutura de classificação;
- A classificação persegue um fim, um objetivo, uma finalidade. No caso dos arquivos, é a organização dos documentos;
- A classificação em arquivos presume um agente classificador, que é o arquivista; (SOUSA, 2007b, p. 115).

Em relação à descrição, Heredia Herrera (1995) a apresenta como uma ponte que coloca o usuário em contato com a informação, e que “Na cabeceira da ponte está o arquivista realizando uma tarefa de análise que supõe uma identificação, leitura, resumo e indexação que transmite ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices” (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 299-300, tradução livre), e reitera que a descrição é um meio utilizado pelo arquivista para facilitar o acesso à informação.

Observa-se então que, tanto para a classificação quanto para a descrição, é necessário um agente, o arquivista, que age, opera e pratica a ação. E que além de possuir um conjunto de conhecimentos que o capacitam para esse exercício profissional, há também um conjunto de valores morais ligados a diferentes ambientes sociais, relacionados a fatores econômicos, religiosos e formação profissional do indivíduo e da própria categoria.

A teoria Arquivística vem sendo moldada ao longo dos anos segundo as necessidades informacionais de uma sociedade. E que essa teoria reflete diretamente na postura que o arquivista irá adotar para organizar e representar essa informação.

A ideia de um profissional neutro e imparcial não é algo vivenciado apenas no âmbito da biblioteconomia, mas também na Arquivística, porém os estudos sobre essa questão no âmbito da Arquivística ainda são incipientes.

Ressalta-se aqui que o arquivista precisa estar ciente desse poder (DINGWALL, 2004; WALLACE, 2010) que lhe é atribuído ao representar uma informação e, a partir disso, pensar sobre os valores morais que estão sendo refletidos nessas atividades de classificação e descrição, que muitas vezes estão repletos de *bias*, como demonstra Milani (2010, 2014) e Pinho (2006, 2010) em seus estudos sobre ética na representação do conhecimento.

4 METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo geral de apresentar um panorama teórico sobre os aspectos éticos envolvidos nas atividades de classificação e descrição arquivística a partir de seus códigos de ética, a pesquisa se caracteriza como exploratória e documental.

Sendo assim, os procedimentos metodológicos foram realizados na busca e análise dos códigos de conduta do profissional do arquivista, a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009), de acordo com os objetivos específicos, que se constitui da identificação dos valores éticos relacionados às atividades de classificação e descrição, bem como a elaboração de um quadro síntese desses valores.

A análise de conteúdo é um método utilizado por diferentes disciplinas, tais como, a sociologia, psicologia, história, literatura, publicidade e propaganda, e visa a compreender um pouco mais sobre a comunicação do indivíduo, de grupo restrito e de massa. É entendida como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2009, p. 31). A análise de conteúdo se adequa ao domínio, que aqui é caracterizado pelos códigos que visam a transmitir aos profissionais arquivistas uma conduta a ser observada.

Guimarães e Sales (2010) exemplificam a análise de conteúdo dividindo-a em três etapas, sendo elas a “pré-análise, exploração do material e, tratamento dos resultados (inferências e interpretações)”.

A fase de pré-análise é a constituição do corpus, bem como a elaboração das categorias a serem analisadas.

Para a constituição do corpus, em um primeiro momento, buscaram-se as associações profissionais de arquivistas brasileiros, para verificar a existência de um código de ética. Foram encontrados dois documentos, um disponível no site da AAB e outro que é a tradução para o português do código do ICA, no site da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul – AARGS e da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro – AAERJ.

Em um segundo momento, buscou-se, no site de buscas *Google*, a seguinte frase “*archival code of ethics*”, que recuperou uma listagem¹⁶, disponível na *web* no site *Network of*

¹⁶ Os links encontram-se disponíveis no site NCH. Network of Concerned Historians. Code of Ethics for Archivists. Disponível em: < <http://www.concernedhistorians.org/content/ethicarchi.html> >.

Concerned Historians – NCH¹⁷, (ANEXO – A), referentes aos códigos de ética para o profissional arquivista, no âmbito internacional, nacional e continental.

A partir dessa listagem, foram selecionados 15 documentos e tomado como critério a língua ou tradução disponível, no entanto, o documento da Associação dos Arquivistas Brasileiros não constava nesta listagem, sendo buscado separadamente. Num segundo momento, foi realizada a busca desses documentos em seus sites originais, pois foi considerada a possibilidade de atualização dos códigos, por fim, obteve-se então 16 códigos para análise de conteúdo, sendo eles:

1. Austrália – **Code of Ethics**. Australian Society for Archivists (ASA).
2. Brasil – **Princípios Éticos**. Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).
3. Canadá – **Code de déontologie**. Association des archivistes du Québec (AAQ).
4. Canadá – **Code of Conduct: Values and Ethics**. Library and Archives Canada (LAC).
5. Canadá – **Code of Ethics**. Association of Canadian Archivists (ACA2).
6. Espanha – **Código deontológico de los archiveros catalanes**. Associaó d’ Arxivers de Catalunya.
7. Estados Unidos – **Core Values Statement and Code of Ethics**. Society of American Archivists (SAA).
8. Estados Unidos – **Role Delineation Statement**. Academy of Certified Archivists (ACA1).
9. França – **Code de déontologie**. Association des Archivistes Français (AAF).
10. ICA – **Code of Ethics**. International Council on Archives (ICA), tradução em português.¹⁸
11. Nova Zelândia – **Code of Ethics for the archives & records association of NZ**. Archives and Records Association of New Zealand (ARANZ).
12. Portugal – **Código de Ética**. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD).
13. Reino Unido – **A code of Practice on Archives for Museums and Galleries in the United Kingdom**. Standing Conference on Archives and Museums (SCAM).

¹⁷ Esse site foi elaborado em 1995, pelo departamento de História da University of Groningen, da Holanda, que tem por objetivo “[...] fornecer uma ponte entre as organizações internacionais de direitos humanos aos historiadores censurados ou perseguidos (e outros envolvidos com o passado) e a comunidade global de historiadores” (NCH, History, online).

¹⁸ Utiliza-se nessa pesquisa o documento na versão em português, ressalta-se aqui uma informação de extrema importância que se encontra no texto da Apresentação do documento que diz “À Associação dos Arquivistas Brasileiros cabe, portanto, divulgar, para conhecimento e reflexão, o pensamento referido Comitê Executivo do CIA sobre ética na área da Arquivística.” (Lia Temporal Malcher – Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros). Até esta data, não foi encontrado no site da Associação, informações sobre o período em que Lia iniciou e finalizou sua gestão, bem como, não foi encontrado informações sobre a versão do Código de ética em português do CIA.

14. Reino Unido – **Code of Conduct**. Archives and Records Association (ARA).
15. Reino Unido – **Lord Chancellor’s code of practice on the management of records under section 46 of the freedom of information act 2000**. Ministry of Justice.
16. Suíça – **Code of Ethics for archivists**. Association des Archivistes Suisses (AAS)¹⁹.

Quanto às categorias de análise que servem para classificar os dados levantados (BARDIN, 2009; SALES, 2008) de acordo com o interesse da pesquisa, foram elegidas duas: Categoria 1 – classificação; Categoria 2 – descrição.

Para a realização da etapa de exploração do material, foi elaborada uma ficha (ver Figura 2) com o intuito de verificar o país de origem, língua, órgão produtor, contexto de produção do código, e os trechos dos documentos nos quais aparecem os termos classificação e descrição. As fichas dos 16 documentos estão no APÊNDICE A – Ficha de descrição dos códigos.

Figura 2 - Ficha de descrição dos códigos

00	
Referência:	
País:	Língua:
Órgão Produtor:	
Contexto de Produção:	Termos
Classificação:	
Descrição:	

Fonte: elaborado pela autora

A fase de tratamento dos resultados (inferências e interpretações) se constitui como a última etapa da análise de conteúdo, sendo para essa pesquisa o momento de se elaborar as variáveis de inferências que irá constituir as categorias previamente estabelecidas.

Sendo assim, tem-se: a) Categoria classificação – variáveis: presença/ausência do termo no código e o valor ético e b) Categoria descrição - variáveis: presença/ausência do termo no código e o valor ético.

Ambas categorias foram aplicadas aos códigos de condutas como se verifica nos resultados, apresentados e discutidos a seguir.

¹⁹ Pela pluralidade de línguas na Suíça (alemão, francês, italiano e romanche), a Associação dos Arquivistas também é conhecida por: Verein Schweizerischer Archivarinnen und Archivare (VSA) / Association des archivistes suisses (AAS) / Associazione degli archivisti swizzeri (AAS) / Associaziun da las archivarias e dals archivaris swizzers (AAS). O código de ética está disponível em alemão, francês e italiano, além de uma tradução para o inglês.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A QUESTÃO DOS VALORES SOBRE CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO EM CÓDIGOS DE ÉTICA DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA

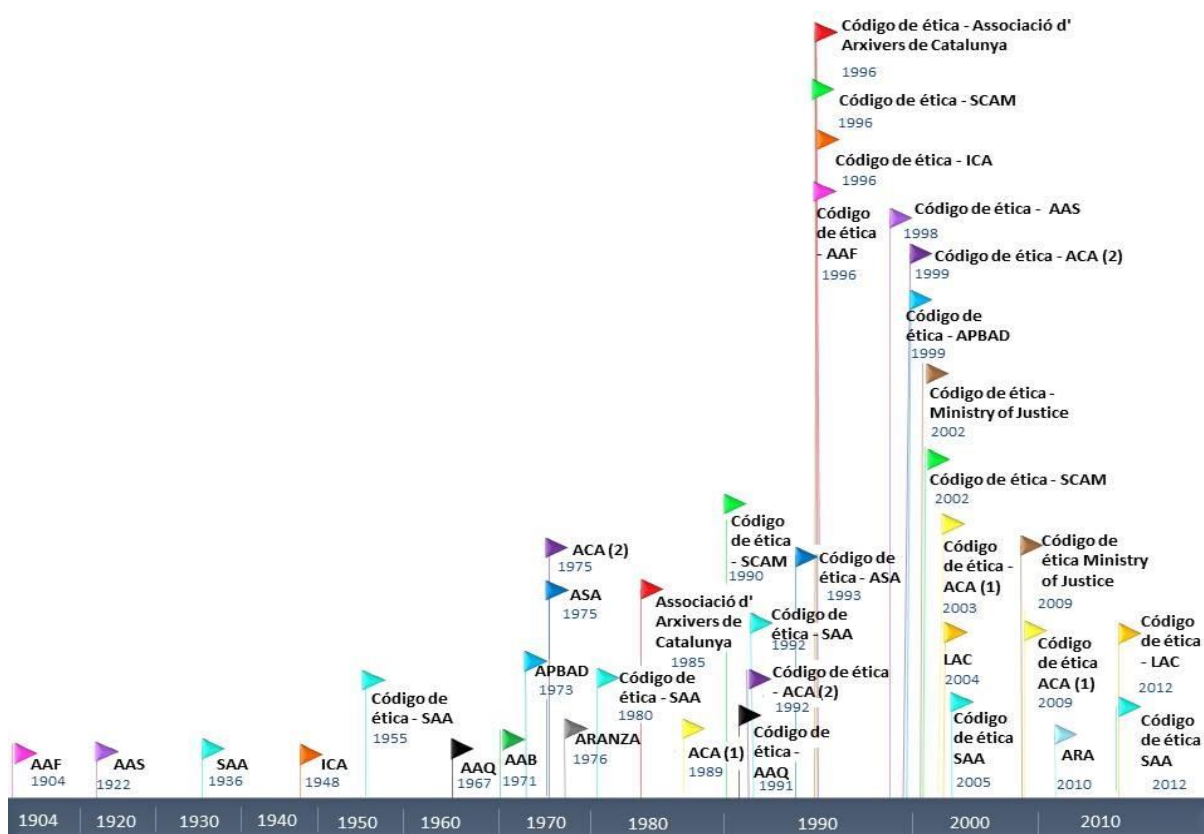
Primeiramente, realiza-se aqui uma contextualização da produção dos documentos analisados tendo como fonte as informações coletadas na página web em que o documento se encontra disponível, bem como artigos e, em alguns casos, do próprio documento analisado.

Num segundo momento, apresentam-se os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo nos 16 documentos selecionados e a análise dos valores encontrados relacionados à literatura.

Sendo assim, retomando as três etapas que constituem a análise de conteúdo (pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados), apresentam-se informações que foram identificadas durante a exploração do material.

Com o intuito de ilustrar de forma cronológica a elaboração dos documentos, apresenta-se uma linha do tempo constituída pelo ano de criação das associações e instituições produtoras, bem como o ano de elaboração dos códigos analisados.

Figura 3 - Linha do tempo órgão produtor e código



Fonte: Elaborado pela autora utilizando o software Office Timeline

Ao observar essa linha do tempo, alguns aspectos logo podem ser notados, como a época em que as entidades, preocupadas com a categoria profissional, começam a aparecer, além da criação dos documentos e suas revisões e a falta de informação sobre a criação de alguns documentos ou das próprias entidades do corpus analisado.

A primeira associação profissional surge na França em 1904, evidenciando mais uma vez a importância desse país na construção não só da teoria Arquivística, mas na própria atuação dos profissionais. No entanto, seu primeiro código de ética foi oficialmente divulgado em 1996, sendo esse a versão do código de ética do ICA no idioma francês.

De modo geral, observa-se que é no período de 1990 a 2012 que a maioria dos códigos foram elaborados.

O primeiro código de ética é de 1955, elaborado pela *Society of American Archivists* – SAA, tendo já passado por quatro revisões (1980, 1992, 2005 e 2012²⁰) (COOK, 2006; ZHANG, 2012; HOUSTON, 2013; JIMERSON, 2013; REGO et. al. 2014). Para fins da presente pesquisa, utilizou-se a última versão, de 2012. Ainda no âmbito norte-americano, registra-se o código da *Association of Canadian Archivists* – ACA (2), elaborado em 1992 (COOK, 2006), e revisado em 1999, bem como o da *Academy of Certified Archivists* – ACA (1), publicado em 2003 e revisado em 2009.

No âmbito do Reino Unido, tem-se o código proveniente da *Standing Conference on Archives and Museums* – SCAM, elaborado em 1990 e revisado em 1996 e 2002 e o do *Ministry of Justice*, elaborado em 2002 e revisado em 2009.

De acordo com a análise, observou-se que alguns documentos são traduções ou adaptações do código do ICA, elaborado em 1996, como o caso da versão utilizada pela associação francesa e suíça, sendo uma tradução integral do texto, e, no caso da Espanha, adaptada para a realidade dos arquivistas da Catalunia.

Ficaram de fora da linha do tempo os códigos da AAB, SCAM e *Ministry of Justice*, e (REGO et. al., 2014), ARANZA e ARA, pois não constavam informações sobre isso, tanto nos documentos quanto nas páginas web.

Após essa breve contextualização dos documentos analisados, apresenta-se agora o que foi obtido a partir do tratamento dos resultados.

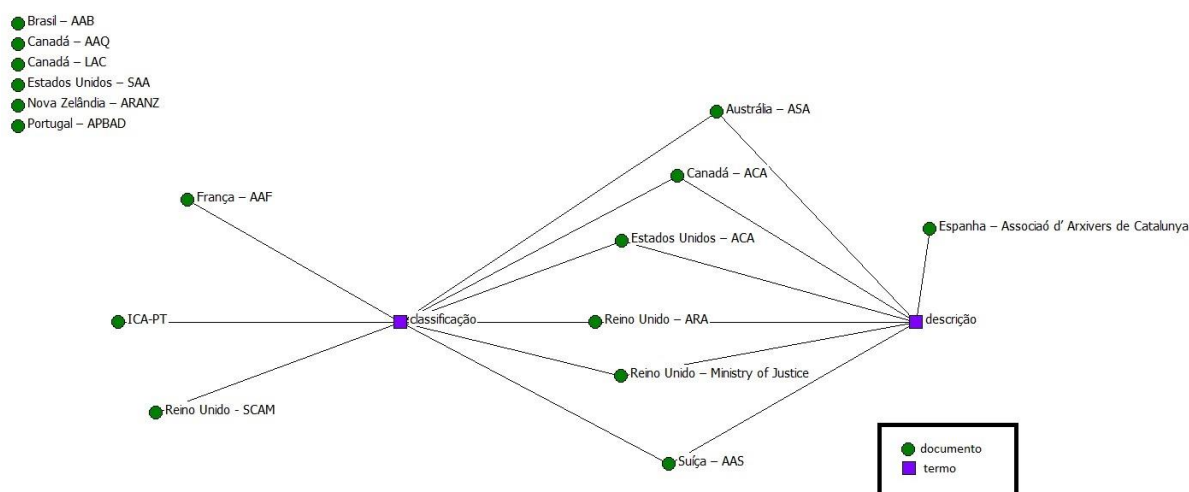
Conforme o que já foi descrito na metodologia, teve-se, como categorias, os processos de classificação e descrição e suas equivalências em espanhol, francês e inglês, e como

²⁰ Não consta no site da associação as versões dos códigos anteriores.

variáveis de inferência foi estabelecido a presença/ausência do termo no documento e o valor ético relacionado ao termo.

Assim, na **figura 04**, apresenta-se o resultado relacionado à variável presença ou ausência dos termos.

Figura 4 - Termo por documento



Fonte: Elaborado pela autora a partir do APÊNDICE – A e do *software Ucinet*

De acordo com a **figura 4**, observam-se os resultados da primeira variável de inferência, em que, dos 16 documentos selecionados, os termos procurados estão ausentes em seis documentos, sendo eles: Brasil - AAB, Canadá - AAQ, Canadá - LAC, Estados Unidos - SAA, Nova Zelândia - ARANAZ e Portugal - APBAD, o que diminuiu o corpus de análise para dez documentos, nos quais os termos estão presentes.

Nesse conjunto, dos dez documentos analisados, seis apresentaram em seu conteúdo os dois termos (classificação e descrição), enquanto três apresentaram somente o termo classificação, e apenas um documento apresentou somente o termo descrição.

Como pode ser observado nas fichas de descrição dos documentos (APÊNDICE - A), foram analisados os trechos em que o termo aparecia, para então prosseguir com a segunda variável de inferência, que é a identificação dos valores relacionados aos termos classificação e descrição.

É necessário ressaltar que a partir dos trechos analisados, observaram-se as seguintes variações de termos:

Quadro 1 - Termos encontrados nos códigos

Idioma	Classificação	Descrição
espanhol	-	descripción
inglês	arrange, arrangement, arrangements, arranged	describe, description, descriptive
francês	classement, classent	-
português	classificação, classificam	-

O intuito de identificar os termos nesses idiomas primeiramente se dá pela importância de compreendê-los nesse universo multilíngue, como demonstra o estudo de Silva et al (2015), ao analisar os termos classificação e descrição em espanhol, inglês, francês e português, no *Multilingual Archival Terminology – MAT*, ferramenta disponível no site do ICA.

Comparando os termos encontrados com o estudo realizado por Silva et al (2015), chamou a atenção os termos em inglês equivalentes à classificação, que são: *classification* e *classify* (SILVA et al., 2015).

Ao procurar o termo *arrangement* na ferramenta *MAT*, observou-se que o entendimento sobre *classification* e *arrangement* são os mesmos, com a única diferença de que o termo *classification* também pode ser usado para classificar no sentido de restringir, colocando prazos para o acesso à informação. (SILVA et al., 2015).

Segue agora o **quadro 2**, referente aos valores encontrados na categoria classificação:

Quadro 2 - Valores relacionados à classificação

	Categoria de análise	Variável de Inferência	Valor encontrado
Austrália - ASA	Classificação	Valor ético	- preservação do valor arquivísticos dos documentos; - acesso à informação.
Canadá - ACA			- acesso à informação.
Estados Unidos -ACA			- respeito à proveniência; - respeito à ordem original; - acesso à informação.
França - AAF			- respeito à proveniência; - respeito à ordem original; - preservação do valor

			arquivístico dos documentos.
ICA			- respeito à proveniência; - respeito à ordem original; - preservação do valor arquivísticos dos documentos.
Reino Unido – ARA			- respeito à proveniência; - respeito à ordem original; - preservação - conservação; - imparcialidade.
Reino Unido - Ministry of Justice			- confiabilidade dos registros; - acesso à informação; - preservação; - autenticidade.
Reino Unido - SCAM			- custódia.
Suíça - AAS			- preservação; - conservação; - acesso à informação.

Apresenta-se agora o **quadro 3**, referente aos valores encontrados na categoria descrição:

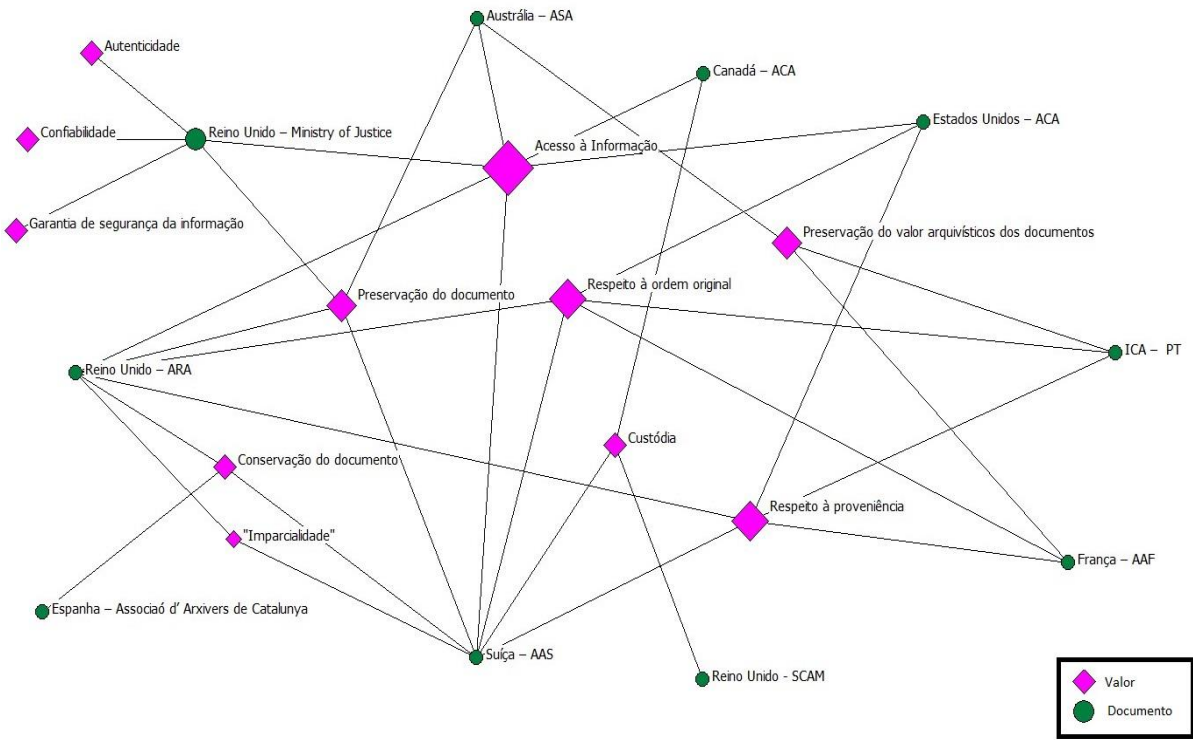
Quadro 3 - Valores relacionados à descrição

País referente ao documento	Categoria de análise	Variável de Inferência	Valor encontrado
Austrália - ASA	Descrição	Valor ético	- preservação; - acesso à informação.
Canadá - ACA			- custódia.
Espanha - Associaó d' Arxivers de Catalunya			- conservação.
Estados Unidos – ACA			- acesso à informação; - respeito à proveniência; - respeito à ordem original.
Reino Unido (ARA)			- respeito à proveniência; - respeito à ordem original; - preservação; - acesso à informação.

Reino Unido (Ministry of Justice)			- preservação; - confiabilidade; - garantir a segurança da informação.
Suíça (AAS)			- custódia; - preservação; - imparcialidade; - respeito à proveniência; - respeito à ordem original.

Apresenta-se agora a **figura 5** que ilustra os valores encontrados e seus documentos de origem.

Figura 5 - Valor por documento



Fonte: Elaborado pela autora a partir do APÊNDICE – B e o *software Ucinet*

A partir da ilustração, observa-se que foram encontrados onze valores, sendo eles acesso à informação (6 documentos), respeito à proveniência (5 documentos), respeito à ordem original (5 documentos), preservação (4 documentos), conservação (3 documentos), preservação do valor arquivístico dos documentos (3 documentos), confiabilidade (2

documentos), custódia (2 documentos), imparcialidade²¹ (2 documentos), garantir a segurança da informação (1 documentos), autenticidade (1 documento).

Comparando esses onze valores, com os estudos realizados por Rego et al (2014) e Silva, Guimarães e Tognoli (2015), observa-se que alguns deles se confirmam.

Rego et al (2014), ao analisarem os códigos da AAB, ICA e SAA, identificaram, por meio da análise de conteúdo, sete valores (respeito ao princípio da proveniência, integridade dos documentos, atuação imparcial, comunicabilidade dos documentos, autenticidade dos documentos, acesso e sigilo aos documentos, relação profissional). Os valores de respeito ao princípio da proveniência, a imparcialidade, autenticidade e o acesso aos documentos se repetem.

Em Silva, Guimarães e Tognoli (2015) foram encontrados treze valores, ou seja, dois valores a mais do que os onze tratados nesta pesquisa, sendo eles o de confidencialidade e o de acesso e uso.

O que difere esses estudos é o fato de que Silva, Guimarães e Tognoli (2015) consideraram o termo classificação em seu aspecto de organização da informação, bem como o de sigilo informacional, por isso encontraram o valor de confidencialidade. Enquanto o valor de acesso e uso, para esta pesquisa, foi contabilizado no valor de acesso à informação.

O valor de acesso à informação é o que mais se repete, ou seja, possibilitar o acesso à informação nos arquivos é um dos valores mais destacados pelos documentos de conduta profissional do arquivista. Esse dado confirma as questões anteriormente tratadas por Guimarães et al (2008) no âmbito da Biblioteconomia, em que o acesso à informação é, antes, encarado como um supervalor. Em seguida, tem-se o respeito à proveniência e do respeito à ordem original. Tais princípios são essenciais, pois a partir deles se delimitam os fundos documentais e sua organização iniciando, assim, um dos primeiros passos para a organização arquivística, para que o profissional possa realizar as atividades de classificação e descrição. É significativa tal incidência, uma vez que tais princípios constituem a espinha dorsal da Arquivística como campo de estudo.

Para demonstrar a importância desses três valores, retoma-se o caso relatado por Eriksen (2010) no capítulo 02, em que o valor de acesso à informação é crucial em relação à ética arquivística e às atividades de classificação (tanto no sentido de organização, como no sentido de classificar a informação, como vemos na LAI brasileira) e descrição, pois trazem à tona alguns questionamentos como: quem se responsabiliza pelo profissional que não realiza

²¹ O valor imparcialidade se encontra entre aspas, para enfatizar que discordamos da existência desse valor na prática profissional do arquivista.

o seu trabalho de forma correta e adequada perante a sociedade e a seus pares, ou quando a instituição a qual esse profissional está ligado, não cumpre seu dever em dar acesso à informação conforme o que é previsto na lei? Num caso como esse relatado, como ter a certeza de que o respeito à proveniência e à ordem original, fundamentados na teoria Arquivística como essenciais para o desenrolar de qualquer atividade dentro de um arquivo, estão sendo aplicados?

Pensando os valores de respeito à proveniência e respeito à ordem original, pode-se mais uma vez verificar a importância deles nas atividades de classificação e descrição, como demonstra Zhang (2012) em seu estudo ao tratar sobre a ética na representação arquivística de documentos digitais. O princípio da proveniência, por exemplo, “fornece uma representação mais abrangente dos documentos de arquivo oriundos de uma determinada instituição e aborda as questões de quem, onde, quando, como, porquê e quais – se relacionam com esses documentos”, e ainda “ajuda a colocar o documento em um contexto de modo que o seu conteúdo se torne compreensível, sua interpretação precisa, e sua relação significativa” (ZHANG, 2012, p. 333-334, tradução livre).

Quanto ao valor do respeito à ordem original, a autora salienta que os documentos não devem apenas ser mantidos juntos, mas também “devem ser mantidos do mesmo jeito que foi organizado para seus propósitos de criação” o que garante que “todas as estruturas organizacionais significativas impostas pelos produtores de documentos não devem ser modificadas após os documentos serem transferidos para os arquivos” (ZHANG, 2012, p. 334, tradução livre).

Sendo assim, pode-se entender que tais valores estão fundamentados tanto na teoria Arquivística, quanto na parte prática da área, e quando o profissional opta por não dar atenção a esses valores, outros valores consequentemente são afetados, como o de acesso à informação, observado nos casos apresentados por Eriksen (2010).

Sequencialmente, tem-se o valor relacionado à preservação, conservação e preservação do valor arquivístico do documento. Os dois primeiros estão diretamente ligados ao suporte material, em que a informação foi registrada; já o último se relaciona com as características do documento arquivístico.

O valor de preservação está ligado à “função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos”, (CAMARGO, BELLOTTO, 1996, p. 61), já o de conservação está voltado ao “conjunto de procedimentos e medidas destinadas a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração” (CAMARGO, BELLOTTO, 1996, p. 18).

As atividades de classificação e descrição apresentam um papel importante na garantia desses dois valores, pois um documento que foi classificado e descrito, só é acessado e utilizado se a informação nele contida é de fato aquilo que o usuário necessita, por meio de um plano de classificação, sistemas de gestão documental entre outros.

O valor de preservação do valor arquivístico do documento evoca primeiramente o que é considerado um documento arquivístico, ou seja, documentos produzidos e/ou recebidos por pessoa física ou jurídica que comprove uma atividade (LOPES, 1996). A esses documentos são atribuídos valores probatórios e informativos.

O valor probatório “depende do caráter e da importância da matéria provada, isto é, da origem e dos programas substantivos, ou fim, da entidade que produziu os documentos”, e o valor informativo, que “são inerentes aos documentos devido à informação que contêm” (SHELLENBERG, 2006, p. 183).

As atividades de classificação e descrição contribuem para a manutenção desse valor na medida em que reflete em seu plano de classificação e em seus instrumentos de acesso e pesquisa aos documentos, o valor probatório e informativo, evidenciando o contexto de produção desse documento.

Apresentam-se, agora, informações sobre os valores de confiabilidade, custódia e imparcialidade.

O valor de confiabilidade pode ser entendido como o “grau de fidelidade de uma informação em relação à origem” (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 100), podendo ser refletido em um plano de classificação. Já o valor de custódia está relacionado à “responsabilidade jurídica, temporária ou definitiva, de guarda e proteção de documentos dos quais não se detém a propriedade” (CAMARGO, BELLOTTO, 1996, p. 21), podendo ser evidenciado por meio da descrição arquivística.

O valor de imparcialidade, ou de neutralidade do arquivista frente aos arquivos (instituição e/ou documentos), é algo que vem sendo tratado tanto na teoria como em códigos de ética em âmbito nacional e internacional (GILLILAND, 2011), como pode ser observado no estudo realizado por Rego et al (2014), ao analisar os códigos de ética da AAB, CIA e SAA, todos apresentaram o valor relacionado à imparcialidade.

Para alguns autores da área (DELMAS, 2010; BELLOTTO, 2014), a imparcialidade é um valor que guia o seu fazer profissional, desde o tratamento documental ao atendimento ao usuário.

No entanto, o estudo de Gilliland (2011) apresenta alguns questionamentos em relação a esse valor, pois em um primeiro momento a “neutralidade” é “comumente definida

pela sociedade como imparcial, tolerante, sem ideologia, e objetividade” (p.196). Porém, há outras características que também são associadas a esse termo, como “desprendimento, desinteresse, não engajamento, não envolvimento, não participação e não intervenção” (p.207). Tem-se então o que chamamos de “dois lados da uma moeda”, em que a autora questiona sobre esse valor: “Pode de fato a neutralidade sempre apoiar os interesses de todas as partes de um documento de forma igual ou até mesmo equitativa?” (GILLILAND, 2011, p. 207, tradução livre).

Quanto aos processos de classificação e descrição, observa-se que não são imbuídos de imparcialidade, pois quando o arquivista escolhe trabalhar com um plano de classificação funcional, logo estará excluindo o modo estrutural, ou na descrição, quando o profissional escolhe descrever somente o fundo documental e resolve não descrever os itens documentais, está escolhendo a forma e qual tipo de informações irá disponibilizar ao seu usuário. Dessa maneira, o valor da imparcialidade não cabe ao arquivista, pois estará enganando a si mesmo e ao seu usuário.

Quanto aos valores de autenticidade e segurança da informação, têm-se que a autenticidade é a qualidade de um documento quando preenche as formalidades necessárias para que se reconheça sua proveniência, independentemente da veracidade do respectivo conteúdo (CAMARGO, BELLOTTO, 1996, p. 10), ou ainda a “qualidade ou condição de autêntico. Num contexto informacional, propriedade de uma informação cuja origem e integridade são garantidas. Autenticação, integridade dos dados, integridade dos fundos” (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 38).

Quanto a esse valor, observa-se que é por meio da classificação que se pode evidenciar a proveniência do documento, proveniência que é considerada uma das características necessárias para que esse documento seja autêntico.

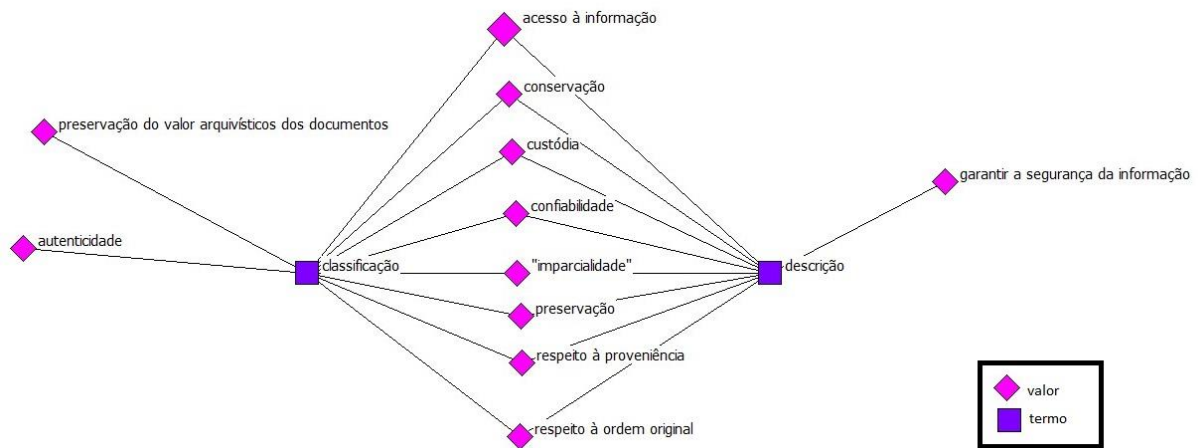
O valor de segurança da informação se constitui em “procedimentos para proteção do acervo informacional de uma organização contra o acesso ou uso por pessoas não-autorizadas”, que se caracteriza pela preservação de alguns aspectos como:

a) confiabilidade: garantia de que a informação é acessível somente por pessoas autorizadas; b) integridade: salvaguarda da exatidão e completeza da informação e dos métodos de processamento; c) disponibilidade: garantia de que os usuários autorizados obtenham acesso à informação (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 329).

Esse valor de segurança da informação está diretamente ligado ao valor de acesso a informação, e a atividade de descrição, à medida que essa atividade serve tanto para dar acesso ou restringir o acesso aos documentos.

Apresenta-se a seguir a visualização dos valores relacionados às atividades arquivísticas analisadas

Figura 6 - Valor por termo



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *software Ucinet*

Observa-se que há valores que se relacionam com ambas as atividades, enquanto outros se relacionam somente com a classificação ou com a descrição.

No entanto, ao observar o que esses valores evocam têm-se que, tanto o valor de preservação do valor arquivístico dos documentos quanto o de autenticidade podem estar relacionados também à descrição arquivística, pois, como dito anteriormente, tanto a classificação quanto a descrição evidenciam, ou deveriam evidenciar, o contexto de produção dos documentos ou da informação registrada.

Quanto ao valor de garantir a segurança da informação, cabe à atividade de classificação quando compreendida no seu sentido de grau de sigilo, que são os indicadores de níveis de restrição ao acesso (CAMARGO, BELLOTTO, 1996). No entanto, é necessário um estudo mais aprofundado sobre essas questões.

Igual necessidade se verifica quanto ao estudo das ações éticas provenientes desses valores, ou seja, quais atitudes o profissional realiza, ou espera-se que ele realize, a partir desse valor. Assim, por exemplo, tomando o valor de acesso à informação como um supervalor, um valor que rege todos os outros, indagam-se quais ações e posturas o arquivista irá tomar quando deparar com a necessidade de conservar ou preservar a informação registrada, a autenticidade, a segurança da informação e o valor arquivístico do documento, entre outros.

CONCLUSÃO

Em suma, os estudos relacionados à ética arquivística podem ser compreendidos em três grupos intersectados, voltados para: a) a discussão da formação do profissional, b) os códigos de ética, e c) os dilemas éticos enfrentados por profissionais e instituições arquivísticas, evidenciados pela literatura internacional.

Quanto à discussão dessas questões em âmbito nacional busca-se ainda uma maior compreensão no cenário brasileiro, como estudos voltados à formação do profissional, sobre o que é tratado em relação à ética nos cursos de graduação e eventos da área, bem como estudos aprofundados sobre a definição de utilizar o código proposto pelo ICA de uma forma homogênea ou o aprimoramento do código de ética apresentado pela ABB. Tem-se ainda a busca pela construção de um documento a partir das perspectivas dos profissionais do país, lembrando questões como legislação, normas e responsabilidade social.

Quanto aos dilemas enfrentados, é necessária a divulgação (por meio de eventos, boletins e periódicos da área) desses casos para que a comunidade arquivística se sensibilize e procure soluções conjuntas como uma categoria profissional, pois, retomando a ideia de Sá (2000), existe, de fato, uma responsabilidade moral e social.

As atividades de classificação e descrição estão sendo aprimoradas conforme a necessidade, relacionando-se diretamente ao aumento de documentos produzidos, aos tipos de suporte documental e ao usuário. Tanto a classificação quanto a descrição são realizadas para possibilitar a organização, o acesso e o uso dessa informação. Por isso, são compreendidas não só como atividades nucleares, mas, indo além, como pontos de intersecção entre as demais ações relacionadas aos documentos arquivísticos. Desse modo, torna-se imprescindível refletir sobre a ética e os valores relacionados a essas atividades, pois elas são realizadas por um profissional que irá decidir sobre "como, por que, para que, para quem" esses documentos estão sendo classificados e descritos, e em quais valores deve-se basear para tanto. Enfim, tem-se aqui, a reiteração daquilo que Hope Olson (2002) denominou como o "poder de nomear".

Ao analisar os 16 códigos, observa-se que nem todos - no caso, seis documentos - apresentaram os termos classificação e descrição, ou seja, não apresentaram de forma direta, a partir da análise de conteúdo, valores relacionados a essas atividades. No entanto, isso não quer dizer que os valores encontrados nessa pesquisa não possam aparecer nesses documentos sob outra perspectiva de análise.

Quanto aos valores encontrados nos dez códigos, teve-se: acesso a informação, respeito à proveniência, respeito à ordem original, preservação, conservação, preservação do valor arquivístico dos documentos, confiabilidade, custódia, imparcialidade, garantir a segurança da informação e autenticidade.

Dos valores encontrados, observou-se (ver **figura 6**) que alguns estão ligados tanto à atividade de classificação quanto à de descrição (acesso à informação, respeito à proveniência, respeito à ordem original, preservação, conservação, custódia, imparcialidade e confiabilidade), enquanto outros estão ligados somente à classificação (preservação do valor arquivístico dos documentos e autenticidade) e a descrição (garantir a segurança da informação). Para confirmar se essa distinção é coerente ou não em relação a essas duas atividades são necessários estudos mais aprofundados sobre esses valores, como dos demais valores apresentados.

O valor da imparcialidade, diferente dos demais valores, pode ser concebido como utópico, pois a partir da teoria canadense compreende-se que o próprio documento é algo construído, ou seja, a informação produzida não é natural. O arquivista não é imparcial, pois o mesmo possui ideologias tanto como sujeito quanto como profissional, por exemplo, quando opta por uma corrente teórica e não outra da própria área.

Entende-se aqui que o termo imparcial não transmite o fato de que o arquivista precisa ter em mente e/ou exercitar de maneira clara quais são seus valores éticos como sujeito e os valores buscados pela sua categoria profissional, e ver se está agindo de forma ética conforme o que foi decidido por seus pares, porque muitas vezes essa imparcialidade promove os valores do sujeito, e não o que realmente é esperado do profissional.

Por fim, a pesquisa revelou que as denominadas “atividades técnicas” da Arquivística vão muito além de um conjunto de procedimentos, instrumentos e produtos, pois revelam um universo axiológico rico e diversificado, o que testemunha a natureza eminentemente social da Arquivística e o seu compromisso com o patrimônio documental da humanidade de modo a garantir-lhe aquilo que Smit e Barreto (2002, p.21.) denominam como “permanência no tempo e portabilidade no espaço”.

A pesquisa revelou, ainda, que os valores encontrados não se colocam lado a lado, mas muitas vezes podem ser agrupados ou subordinados, como é o caso da preservação, que atua tanto na dimensão física do documento quanto na dimensão do conteúdo (o valor documental). Isso leva à possibilidade de interessantes perspectivas futuras de investigação sobre os possíveis inter-relacionamentos – ou mesmo contradições – entre esses valores.

Igualmente se apresenta o questionamento sobre até que ponto esse discurso axiológico verificado nos códigos se reitera, se amplia ou mesmo se contradiz na literatura científica da área.

Enfim, novas e instigantes perspectivas se abrem no âmbito da pesquisa dos aspectos éticos que integram esse novo campo de estudos – a organização do conhecimento arquivístico – que, nos últimos anos, vem ganhando significativo espaço no âmbito da *International Society for Knowledge Organization* – ISKO.

REFERÊNCIAS

- AAB. Associação dos Arquivistas Brasileiros. **Princípios Éticos**. Disponível em: <http://www.aab.org.br/?page_id=27>. Acesso em: 29 jun 2014.
- AAF. Association des Archivistes Français. **Code de déontologie**. Disponível em: <<http://www.archivistes.org/Code-de-deontologie>>. Acesso em: 29 jun 2014.
- AAQ. Association des archivistes du Québec. **Code de déontologie**. Disponível em: <<http://www.archivistes.qc.ca/a-propos/code-de-deontologie>>. Acesso em: 29 jun 2014.
- AAS. Association des archivistes suisses. **Code of Ethics for archivists**. Disponível em: <<http://www.vsa-aas.org/fr/beruf/code-of-ethics/>>. Acesso em: 29 jun 2014.
- ABELA, A.V. Digesting the Raisins of Wrath: Business, Ethics, and the Archival Profession. **The American Archivists**. Vol.71 (spring/summer), p.203-209, 2008.
- ACA. (1) Academy of Certified Archivists. **Role Delineation Statement**. Disponível em: <<http://www.certifiedarchivists.org/?s=The+2003+Role+Delineation+Statement+Revision>>. Acesso em: 29 jun 2014.
- ACA. (2) Association of Canadian Archivists. **Code of Ethics**. Disponível em: <<http://archivists.ca/content/code-ethics>>. Acesso em: 29 jun 2014.
- APBAD. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. **Código de ética**. Disponível em: <http://www.apbad.pt/Downloads/codigo_etica.pdf>. Acesso em: 29 jun 2014.
- ARA. Archives & Records Association. **Code of Conduct**. Acesso em: <http://www.archives.org.uk/images/documents/ARACouncil/ARA_Code_of_Conduct_final.pdf>. Acesso em: 29 jun 2014.
- ARANZ. Archives and Records Association of New Zealand. **CODE OF ETHICS FOR THE ARCHIVES & RECORDS ASSOCIATION OF NZ**. Disponível em: <http://www.aranz.org.nz/Site/about_ARANZ/code_of_ethics.aspx>. Acesso em: 29 jun 2014.
- ASA. Australian Society of Archivists. **Code of Ethics**. Disponível em: <http://www.archivists.org.au/page/About/Code_of_Ethics/>. Acesso em: 29 jun 2014.
- ASSOCIACIÓ D'ARXIVERS DE CATALUNYA. **Código deontológico de los archiveros catalanes**. Disponível em: <<http://www.arxivers.com/index.php/documents/publicacions/col-leccio-textos-1/textos-traduccion-1/130-textos-01-codigo-deontologico-de-los-archiveros-catalanes-1/file>>. Acesso em: 29 jun 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BARROS, T.H.B. **Construção Discursiva em Arquivística**: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de Classificação e Descrição. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Marília, 2010.

BELLOTTTO, H.L. Qualificação profissional e o código de ética do arquivista. **In:** Arquivo, estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.268-277, 2014.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19701979/L6546.htm>. Acesso em: 02 jul 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011 – edição extra. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso: 27 jun. 2014.

BUFREM, L.S; BREDAS, S.M.; SORRIBAS, T.V.; FREITAS, J.L. Ética e formação profissional: uma leitura da produção científica em Ciência da Informação (1970-2006). **TransInformação**, Campinas, v.20, n., p. 225-232, 2008.

CAMARGO, A.M.de A.; BELLOTTTO, H.L. (Org.) **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1996.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos. **Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e Correlata**. Rio de Janeiro, jan/2016.

COOK, M. Professional Ethics and Practice in Archives and Records Management in a Human Rights Context. **Journal of the Society of Archivists**. vol.27, n.01, p.01-15, 2006.

COOK, T. What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. **Archivaria**. n. 43, p.17-63, 1997.

CORTINA, A. MARTINEZ, E. **Ética**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COX, D. In the trenches. Archival Ethics, Law and the Case of the Destroyed CIA Tapes. **Journal of Information Ethics**. Vol.22, n.02, p. 90-101, 2013.

COX, R.J. Teaching, Researching, and Preaching Archival Ethics Or, How These New Views Came to Be. **Journal of Information Ethics**. Vol.19, n.01, p. 20-32, 2010.

CUNHA, M.B. da.; CAVALCANTI, C.R.de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília - DF: Briquet de Lemos / Livros, 2008.

DANIELSON, E.S. Archives and the Ethics of Replevin. **Journal of Information Ethics**. vol.22, n.02, 2013.

DANIELSON, E.S. **The Ethical Archivist**. United States of America: Society of American Archivists, 2010.

DELMAS, B. **Arquivos Para Quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010.

DINGWALL, G. Trusting Archivists: The Role of Archival Ethics Codes in Establishing Public Faith. **The American Archivist**. Vol.67 (spring/summer), p.11-30, 2004.

DUCHEIN, M. Theoretical principles and practical of respect des fonds in Archival Science. **Archivaria**, 16 (summer), p. 64-82, 1983.

entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 123 f. Dissertação

ERIKSEN, K. The Archival Profession's Failure to Respond to the National Archives'

Breaches of Professional and Ethical Duties. **Journal of Information Ethics**. Vol,19, n.01, 2010.

FERNANDES, G. C. O objeto de estudo da ciência da informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.25-30, 1995.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. **In: LÓPEZHUERTAS, M. J. (Ed.). Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002.

GILLILAND, A. Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. **Archival Science**, vol.11, p.193-209, 2011.

GREENE, M.A. The Power of Archives: Archivists' Values and Value in the Postmodern Age. **The American Archivist**, vol.72, n.01 (spring/summer), p.17-41, 2009.

GUIMARÃES, J.A .C; SALES, R. de. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** - v.11 n.1, 2010.

GUIMARÃES, J.A.C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento: uma reflexão preliminar. (Org.) GÓMEZ, M.N.G. de; ORRICO, E.G.D. **In: Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal [RN]: EDUFRN, 2006.

GUIMARÃES, J.A.C.; FERNANDEZ-MOLINA, J. C. Ética en organización y representación del conocimiento: aspectos teóricos. **Nuovi Annali della Scuola Speciale per Archivisti e Bibliotecari**, v. XXIV, p. 235-251, 2010.

GUIMARÃES, J.A.C.; MILANI, S. de O. ; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento: uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli (UFSC)**, v.13, p.124/135, 2008. Disponível

em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p124/883>>. Acesso 30 maio 2014.

HEREDIA HERRERA., A. **Archivística general: teoría y práctica**. 7. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1995.

HORSMAN, P., KETELAAR, E & THOMASSEN, T. New Respect for the Old Order: The Context of the Dutch Manual. **The American Archivist**, n.66, p.249-270, 2003.

HOUSTON, R.D. Archival Ethics and the Professionalization of Archival Enterprise. **Journal of Information Ethics**. Vol, 22, n.02, p.46-60, 2013.

ICA. International Council on Archives. **Code of Ethics**. Disponível em:<<http://www.ica.org/?lid=5555&bid=225>>. Acesso em: 29 jun 2014.

ICA. International Council on Archives. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE OS ARQUIVOS**. 2010. Disponível em: <<http://www.ica.org/?lid=13343&bid=1101>>. Acesso em: 08 março 2016.

JAPIASSU, H; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

JIMERSON, R.C. Values and Ethics. **Journal of Information Ethics**, vol.22, n.02, p.21-45, 2013.

LAC. Library and Archives Canada. **Code of Conduct: Values and Ethics**. Disponível em: <<http://www.bac-lac.gc.ca/eng/about-us/Pages/code-conduct-value-ethics.aspx>>. Acesso: 29 jun 2014.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos**. Teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: Elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento**: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, S.O. **Bias na Representação de Assunto**: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD), 2014. 134f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MINISTRY OF JUSTICE. **Lord Chancellor's code of practice on the management of records under section 46 of the freedom of information act 2000**. Disponível em: <<http://www.justice.gov.uk/downloads/information-access-rights/foi/foi-section-46-code-of-practice.pdf>>. Acesso em: 29 jun 2014.

MITCHELL, W.B. A Nonte on Civil Disobedience and Professional Ethics Codes. **Journal of Information Ethics**, vol.22, n.02, p. 61-65, 2013.

MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro, 1973. 2ª ed.

OLSON, H. Naming is Power. **In: The Power to Name. Locating the limits of Subject Representation in Libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo** (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

PINHO, F.A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras**, 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

REGO, L. M. **Formação acadêmica e produção científica docente em descrição arquivística: um estudo a partir dos cursos de graduação em arquivologia do Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Marília, 2015.

REGO, L.M. SILVA, A.P.da; MARTÍNEZ-AVILA, D. TOGNOLI, N.B. Aspectos éticos na organização do conhecimento na prática profissional arquivística: um estudo dos princípios de ética da AAB, CIA e SAA. **Scire**, vol.20, n.02, p.37-42, 2014.

ROCHA, I.M.M. da; KONRAD, G.V.R. A conduta do arquivista frente à lei de acesso à informação. **Informação Arquivística**, v.2, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/47/26>>. Acesso: 23 maio 2014.

ROUSSEAU, J.Y; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SÁ, A.L. de. **Ética Profissional**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SAA. Society of American Archivists. **Core Values Statement and Code of Ethics**. Disponível em: <http://www2.archivists.org/statements/saa-core-values-statement-and-code-of-ethics#core_values>. Acesso em: 29 jun 2014.

SALES, R. **Tesauros e ontologias sob a luz da Teoria Comunicativa da Terminologia**. 2008. 164f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SCAM. Standing Conference on Archives and Museums. **A code of Practice on Archives for Museums and Galleries in the United Kingdom**. Disponível em: <<http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf>>. Acesso em: 29 jun 2014.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, A. P.; MOREIRA, W. ; GUIMARÃES, J.A.C. ; MORAES, J. B. E. . Organização do conhecimento arquivístico: um estudo terminológico comparativo (português, espanhol, francês, inglês) sobre classificação e descrição na Multilingual Archival Terminology - ICA. **Organización de conocimiento: sistemas de información abiertos**. 01ed. Murcia: Facultad de Comunicación y Documentación. Universidad de Murcia, 2015 , p. 461-469.

SILVA, A.P. da; GUIMARÃES, J. A. C.; TOGNOLI, N. B. Ethical Values in Archival Arrangement and Description: An Analysis of Professional Codes of Ethics. **Knowledge Organization**, vol.42, n.05, p.346-352, 2015.

SMIT, J.W; BARRETO, A. de A. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. **In:** VALENTIM, M.L.P. (org.) Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23.

SOUSA, R. T.B. de. A classificação como função material do que-fazer arquivístico. **In:** SANTOS, V.B. (org.). Arquivística. Temas contemporâneos: classificação. Distrito Federal: SENAC, 2007b.

SOUSA, R.T. B de. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, v. 2, n. 2, p. 120-142, ago./dez. 2006.

SOUSA, R.T. B de. Os princípios da teoria da classificação e o processo de organização de documentos de arquivo. **Arquivo&Administração**. v.6, n.1, p. 5-26, 2007a.

SOUZA, F. das C. de. **Ética e deontologia**: textos para profissionais atuantes em bibliotecas. Florianópolis: Ed UFSC, 2002.

SOUZA, F. das C. Ética bibliotecária no contexto atual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, p. 136-147, 2007.

THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo&administração**, 2006.

TOGNOLI, N. B; REGO, L.M; SILVA, A.P. da; SILVA, G.S. da. A descrição arquivística como representação do conhecimento: desafios e perspectivas. In: VI Encontro Ibérico EDICIC, 2013, Porto. **Atas...** Porto: Universidade do Porto, 2013, p. 127-138.

WALLACE, D.A. Interdisciplinary Perspectives on Professional Ethics and Archival Morality. **Journal of Information Ethics**. Vol.19, n.01, p.172-189, 2010.

YAKEL, E. Archival Representation. **Archival Science**, vol.03, n.01, p. 1-25, 2003.

ZHANG, J. Archival Context, Digital Content, and the Ethics of Digital Archival Representation. **Knowledge Organization**, vol.39, n.05, p.332-339, 2012.

APÊNDICE A – FICHA DE DESCRIÇÃO DOS CÓDIGOS

01	
Referência: ASA. Australian Society of Archivists. Code of Ethics . Disponível em: http://www.archivists.org.au/page/About/Code_of_Ethics/ . Acesso em: 29 jun 2014.	
País: Austrália	Língua: Inglês
Órgão Produtor: Australian Society for Archivists – ASA (1975)	
Contexto de Produção: De acordo com o preâmbulo do documento, o código é uma adaptação do que foi discutido na Society at the Annual General Meeting realizada em Melbourne 17 de Junho 1993, pela ASA.	
Termos	
Classificação: Preamble Archivists can be involved in records and systems management and design they appraise, select and acquire, control, arrange and describe, preserve, and make available records that have lasting value to organization or public they serve. [...] The code largely excludes matters which are more appropriately regulated by institutions or which require a discretionary response, such as archival processing (arrangement, description finding aids, conservation), reading room rules and interpersonal relations with readers and donors.	
Descrição: Preamble Archivists can be involved in records and systems management and design they appraise, select and acquire, control, arrange and describe, preserve, and make available records that have lasting value to organization or public they serve. [...] The code largely excludes matters which are more appropriately regulated by institutions or which require a discretionary response, such as archival processing (arrangement, description finding aids, conservation, reading room rules and interpersonal relations with readers and donors.	

02	
Referência: AAB. Associação dos Arquivistas Brasileiros. Princípios Éticos . Disponível em: http://www.aab.org.br/?page_id=27 . Acesso em: 29 jun 2014.	
País: Brasil	Língua: Português
Órgão Produtor: Associação dos Arquivistas Brasileiros (1971)	
Contexto de Produção: O documento se encontra disponível no site da Associação dos Arquivistas Brasileiros, porém não consta informação sobre sua elaboração.	
Termos	
Classificação: -----	
Descrição: -----	

03
Referência: AAQ. Association des archivistes du Québec. Code de déontologie . Disponível em: < http://www.archivistes.qc.ca/a-propos/code-de-deontologie >. Acesso em: 29 jun 2014.

País: Canadá	Língua: Francês
Órgão Produtor: Association des archivistes du Québec – AAQ (1967)	
Contexto de Produção: O documento se encontra disponível no site da Association des archivistes du Québec. O código, segundo a página <i>Dates importantes de l'histoire de l'AAQ</i> , foi elaborado em junho de 1991.	
Termos	
Classificação: -----	
Descrição: -----	

04	
Referência: LAC. Library and Archives Canada. Code of Conduct: Values and Ethics. Disponível em: < http://www.bac-lac.gc.ca/eng/about-us/Pages/code-conduct-value-ethics.aspx >. Acesso em: 29 jun 2014.	
País: Canadá	Língua: Inglês
Órgão Produtor: Library and Archives Canada – LAC (2004)	
Contexto de Produção: A LAC não é uma associação profissional, mas sim uma instituição pública, sendo a Biblioteca e o Arquivo Nacional do Canadá. De acordo com o documento no tópico 1.3 Values and Ethics Code for the Public Sector , traz que “Os Valores e Código de Ética para o Setor Público (VECPS) entraram em vigor em 02 de abril de 2012. De acordo com a subseção 5 (1) do Servidor Público Lei de Proteção de Divulgação (PSDPA), juntos são necessários para estabelecer seus próprios códigos. O VECPS é parte integrante de toda a legislação, as políticas e diretrizes que regem o serviço público e é complementado por várias políticas do Conselho do Tesouro, em especial a Política de Conflito de Juros e pós-emprego. Assim, o Código de Conduta da LAC: Valores e Ética e o VECPS são complementares. O VECPS é mais geral porque se aplica a todos os servidores públicos federais, enquanto o Código de Conduta LAC responde às características da nossa instituição, o mandato e os funcionários.” (tradução nossa).	
Termos	
Classificação: 3. Additional responsibilities 3.1 Use of information and confidentiality As part of our professional duties, we are required to comply with the legislation, directives and procedures relating to any personal or official information that is under the control of LAC. We manage information to support day-to-day activities and we adequately protect this information by securing protected and classified documents, both paper and electronic, even when they have to be transported elsewhere to carry out LAC activities. We ensure the strict confidentiality of the information protected by the Access to Information Act and the Privacy Act unless we have obtained explicit authorization to disclose such information under the provisions of these acts.	
Descrição: -----	

05
Referência: ACA. Association of Canadian Archivists. Code of Ethics. Disponível em: <

http://archivists.ca/content/code-ethics >. Acesso em: 29 jun 2014.	
País: Canadá	Língua: Inglês
Órgão Produtor: Association of Canadian Archivists – ACA (1975)	
Contexto de Produção: O primeiro código foi elaborado em 1992 e foi revisado em 1999 (COOK, 2006). De acordo com a nota do editor, o documento é constituído em duas partes, sendo elas: “Princípio” e “Aplicação de Princípios”, a segunda parte foi revisada na ACA Annual General Meeting, em 4 de Junho de 1999.	
Termos	
Classificação: C. Availability and Use C1. Archivists arrange and describe all records in their custody in order to facilitate the fullest possible access to and use of their records.	
Descrição: C. Availability and Use C1. Archivists arrange and describe all records in their custody in order to facilitate the fullest possible access to and use of their records.	

06

Referência: Associació d'Arxivers de Catalunya. Código deontológico de los archiveros catalanes. Disponível em: < http://www.arxivers.com/index.php/documents/publicacions/col-leccio-textos-1/textos-traduuccions-1/130-textos-01-codigo-deontologico-de-los-archiveros-catalanes-1/file >. Acesso em: 29 jun 2014.	
País: Espanha	Língua: Espanhol/ Catalão
Órgão Produtor: Associació d' Arxivers de Catalunya (1985)	
Contexto de Produção: De acordo com as Disposiciones generales do documento, o código é uma adaptação do Código de Ética aprovado pela ICA (1996), sendo adaptado para a realidade dos arquivistas da Catalunya. O documento se encontra disponível no site da associação.	
Termos	
Classificação: -----	
Descrição: Conceptos – Archivo: el organismo o la institución donde se realizan específicamente funciones de organización, de tutela, de gestión, de descripción, de conservación, y de difusión de documentos y fondos documentales. También se entiende por archivo el fondo e el conjunto de fondos documentales.	

07

Referência: SAA. Society of American Archivists. Core Values Statement and Code of Ethics. Disponível em: < http://www2.archivists.org/statements/saa-core-values-statement-and-code-of-ethics#core_values >. Acesso em: 29 jun 2014.	
País: Estados Unidos	Língua: Inglês
Órgão Produtor: Society of American Archivists - SAA (1936)	

Contexto de Produção:

A Society of American Archivists, (organização criada em 1936, sendo a primeira de profissionais arquivistas da América do Norte) aprova seu primeiro código de ética em 1980, no entanto esse documento é revisado, tendo uma nova publicação em 1992 e 2005. No ano de 2012, o último código, publicado em 2005, é revisado e publicado, assim a última versão aborda 7 tópicos, que de acordo com a recomendação da SAA, deve ser lido juntamente com o Core Values Statement (COOK, 2006; ZHANG, 2012).

Termos

Classificação: -----

Descrição: -----

08

Referência: ACA. Academy of Certified Archivists. **Role Delineation Statement**. Disponível em: <

<http://www.certifiedarchivists.org//?s=The+2003+Role+Delineation+Statement+Revision>>.

Acesso em: 29 jun 2014.

País:

Estados Unidos

Língua:

Inglês

Órgão Produtor:

Academy of Certified Archivists - ACA (1989)

Contexto de Produção:

De acordo com o site da Academy of Certified Archivists, o documento foi desenvolvido por arquivistas e educadores de arquivo, e apresenta definições de conhecimento e as habilidades necessárias para o trabalho de arquivo.

Criado de acordo com padrões rigorosos, sob a direção de profissionais de teste de desenvolvimento, o RDS é a estrutura para o exame de certificação. É essencial que este documento seja revisado periodicamente a fim de manter-se atualizado com as melhores práticas, novas habilidades e outros fatores de mudança na profissão de arquivo.

Em março de 2008, o Conselho Academia reconheceu que última revisão das RDS foi de 2003, sob a direção do presidente Judy Cetina e continuando no governo do presidente Martin Levitt. Um papel de delimitação do comentário *Task Force* foi nomeado em agosto de 2008 que consiste em Cindy C. Smolovik (cadeira), Michael Holland, Daphne Arnaiz-DeLeon, Susan Watson, Brenda Gunn, Nancy Melley, e Mary Elizabeth Ruwell. A Força-Tarefa apresentou os RDS revista ao Conselho Academia na sua reunião de Austin, Texas, 12 de agosto de 2009. Embora o quadro original, constituído por declarações conhecimentos gerais e sete domínios: seleção, avaliação e aquisição; Arranjo e descrição; Serviços de Referência e Acesso; Preservação e proteção; Outreach, Advocacy e Promoção; Gestão de programas de arquivo; e profissional, ética e responsabilidades legais, permanecem intactas as declarações de conhecimento e de tarefas individuais relacionados são atualizados para refletir o impacto das mudanças tecnológicas, mudanças de terminologia e nuances de melhores práticas. O Conselho da Academia aceitou a Declaração de Papel Delimitação revista, que servirá como base para o exame de certificação de arquivo começando com o teste aplicado em agosto de 2010. (online) (tradução nossa)

Termos**Classificação:****Preamble****General Knowledge Statements**

Archivists know and can apply knowledge about:

[...]

K-10 how the core archival functions (selection, appraisal, and acquisition; arrangement and description; reference services and access; preservation and protection; and outreach, advocacy and promotion) relate to each other and influence the administration of records and papers.

Domain 2: Arrangement and Description

Task 1 Analyze the existing arrangement and description of records and papers and make decisions about any further arrangement and description that may be necessary.

Task 2 Design and implement an arrangement plan to either perfect the existing arrangement or establish a new one.

Task 3 Design and implement a descriptive plan to identify and explain the structure, context and content of records and papers to promote their accessibility.

Knowledge Statements

Archivists know and can apply knowledge about:

K-201 the complementary principles of provenance and original order.

K-202 the history and variety of recordkeeping systems and practices for all media.

K-203 the role of access and retrieval in making arrangement and description decisions.

K-204 the concept of hierarchical levels of arrangement.

K-205 the distinctions and relationships between physical and intellectual control of records and papers.

K-206 the impact of technology on policies, practices, and methods for archival arrangement and description.

K-207 the levels, types, and components of finding aids within an overall description program.

K-208 the applicability of such standards as the MARC format, Encoded Archival Description (EAD), Anglo-American Cataloging Rules (AACR2), and Library of Congress Subject Headings (LCHS), SGML, XML, HTML/XHTML, and Dublin Core.

K-209 the use of descriptive standards for records and papers stored in any form or medium.

K-210 how the descriptive process may begin at or before records creation and continue throughout the life of the records and papers.

Descrição:

Preamble

General Knowledge Statements

Archivists know and can apply knowledge about:

[...]

K-10 how the core archival functions (selection, appraisal, and acquisition; arrangement and description; reference services and access; preservation and protection; and outreach, advocacy and promotion) relate to each other and influence the administration of records and papers.

Domain 2: Arrangement and Description

Task 1 Analyze the existing arrangement and description of records and papers and make decisions about any further arrangement and description that may be necessary.

Task 2 Design and implement an arrangement plan to either perfect the existing arrangement or establish a new one.

Task 3 Design and implement a descriptive plan to identify and explain the structure, context and content of records and papers to promote their accessibility.

Knowledge Statements

Archivists know and can apply knowledge about:

K-201 the complementary principles of provenance and original order.

K-202 the history and variety of recordkeeping systems and practices for all media.

K-203 the role of access and retrieval in making arrangement and description decisions.

K-204 the concept of hierarchical levels of arrangement.

K-205 the distinctions and relationships between physical and intellectual control of records and papers.

K-206 the impact of technology on policies, practices, and methods for archival arrangement and description.

K-207 the levels, types, and components of finding aids within an overall description program.

K-208 the applicability of such standards as the MARC format, Encoded Archival Description (EAD), Anglo-American Cataloging Rules (AACR2), and Library of Congress Subject Headings (LCHS), SGML, XML, HTML/XHTML, and Dublin Core.

K-209 the use of descriptive standards for records and papers stored in any form or medium.

K-210 how the descriptive process may begin at or before records creation and continue throughout the life of the records and papers.

09	
Referência: AAF. Association des Archivistes Français. Code de déontologie . Disponível em: < http://www.archivistes.org/Code-de-deontologie >. Acesso em: 29 jun 2014.	
País: França	Língua: Francês
Órgão Produtor: Association des Archivistes Français – AAF (1904)	
Contexto de Produção: De acordo com o site da AAF, o documento utilizado é a versão em francês do código de ética disponibilizado pelo ICA, publicado em 1996, como não houve nenhuma alteração, a estrutura do documento é a mesma.	
Termos	
Classificação: 2. Les archivistes traitent, sélectionnent et maintiennent les archives dans leur contexte historique, juridique et administratif, en respectant donc leur provenance, préservant et rendant ainsi manifestes leurs interrelations originelles. Dans l’accomplissement de leur mission et dans leurs fonctions, les archivistes se conforment aux principes archivistiques régissant la création, la gestion et le choix de la destination des archives courantes et intermédiaires, la sélection et l’acquisition de documents en vue de leur archivage définitif, la sauvegarde, la préservation et la conservation des archives dont ils ont la charge, et le classement, l’analyse, la publication et les moyens de rendre les documents accessibles. Ils classent et analysent les documents choisis pour être retenus en accord avec les principes archivistiques (en particulier le principe de provenance et le principe du classement d’origine) et les normes universellement reconnues, et ce aussi rapidement que possible. 3. Les archivistes préservent l’authenticité des documents lors des opérations de traitement, de conservation et d’exploitation. Les archivistes font en sorte que la valeur archivistique des documents, y compris les documents électroniques ou informatiques, ne soit pas diminuée par les travaux archivistiques de tri, de classement et d’inventaire, de conservation et d’exploitation.	
Descrição: -----	

10	
Referência: ICA. International Council on Archives. Code of Ethics . Disponível em: < http://www.ica.org/?lid=5555&bid=225 >. Acesso em: 29 jun 2014.	
País: -----	Língua: Francês Tradução em: Árabe, Basco, Catalão, Chinês, Dinamarquês, Holandês, Inglês, Francês, Galego, Alemão, Grego, Húngaro, Italiano, Japonês, Norueguês, Polaco, Português, Romeno, Russo, Sérvio, Esloveno, Espanhol e Sueco. Língua utilizada: Portugues

Órgão Produtor: International Council on Archives – ICA (1948)
Contexto de Produção: De acordo com a seção de Apresentação , que consta no código, o documento começou a ser elaborado em 1991, no entanto, só foi finalizado em Beijing, na China, em 6 de setembro de 1996, no XIII Congresso Internacional de Arquivos, durante a Assembleia Geral.
Termos
Classificação: 2. Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas interrelações originais. Os arquivistas agem em conformidade com os princípios e as práticas geralmente reconhecidos. No cumprimento de sua missão e de suas funções, os arquivistas se pautam pelos princípios arquivísticos que regem a criação, a gestão e a escolha da destinação dos arquivos correntes e intermediários, a seleção e a aquisição de documentos com vistas a seu arquivamento definitivo, a salvaguarda, a preservação e a conservação dos arquivos que estão sob sua guarda, e a classificação, a análise, a publicação e os meios de tornar os documentos acessíveis. [...] Eles classificam e analisam os documentos escolhidos para serem retidos, de acordo com os princípios arquivísticos (em particular o princípio de proveniência e o princípio de classificação original) e as normas reconhecidas universalmente, tudo isto tão rapidamente quanto possível. 3. Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa. Os arquivistas agem de modo que o valor arquivístico dos documentos, neles compreendidos os documentos eletrônicos ou informáticos, não seja diminuído pelos trabalhos arquivísticos de triagem, de classificação e de inventário, de conservação e de pesquisa.
Descrição: -----

11	
Referência: ARANZ. Archives and Records Association of New Zealand. CODE OF ETHICS FOR THE ARCHIVES & RECORDS ASSOCIATION OF NZ. Disponível em: < http://www.aranz.org.nz/Site/about_ARANZ/code_of_ethics.aspx >. Acesso em: 29 jun 2014.	
País: Nova Zelândia	Língua: Inglês
Órgão Produtor: Archives and Records Association of New Zealand - ARANZ (1976)	
Contexto de Produção: Não consta informação no site sobre a elaboração do código	
Termos	
Classificação: -----	
Descrição: -----	

12	
Referência: APBAD. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Código de ética. Disponível em: < http://www.apbad.pt/Downloads/codigo_etica.pdf >. Acessado em: 29 jun 2014.	
País: Portugal	Língua: Português
Órgão Produtor: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas - APBAD (1973)	

Contexto de Produção:

De acordo com a **Apresentação**, que consta no código, o documento para os profissionais da Informação em Portugal, é fruto de um trabalho conjunto das Associações e dos profissionais de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação e Informação. Fora constituída uma “Comissão de Ética para os Profissionais da Informação em Portugal” que trabalhou durante o período de 1994 a 1998. No dia 10 de dezembro de 1998, o documento foi apresentado aos membros das associações de profissionais da informação, e no dia 25 de julho de 1999, foi apresentado em sessão pública pelos profissionais das três associações.

Termos

Classificação: -----

Descrição: -----

13

Referência: SCAM. Standing Conference on Archives and Museums. **A code of Practice on Archives for Museums and Galleries in the United Kingdom.** Disponível em: <<http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf>>. Acesso em: 29 jun 2014.

País:

Reino Unido

Língua:

Inglês

Órgão Produtor:

Standing Conference on Archives and Museums – SCAM

Contexto de Produção:

De acordo com o texto de introdução, o código foi elaborado pela primeira vez em 1990 pela Conferência Permanente dos Arquivos e Museus (SCAM) em nome de três organizações: A Associação dos Auditores Independentes de Museus, a Associação dos Museus e da Sociedade de Arquivistas. Todas as três organizações aprovaram o Código.

Ele foi oferecido a museus para dar-lhes orientação para administrar seus arquivos em conformidade com as normas profissionais e sugerir fontes de aconselhamento e ajuda. Mais tarde no mesmo ano, um padrão para o registro Repositórios foi emitido pela Comissão manuscritos históricos (HMC) para fornecer orientações sobre a administração de arquivos. O Código foi revisado em 1996, e posteriormente revisado em 2002, em resposta aos comentários de museus e outros usuários, tendo em conta tanto a mudança das circunstâncias no setor de patrimônio Reino Unido e a nova literatura profissional e padrões, incluindo o padrão para o registro repositórios. (tradução nossa).

Termos**Classificação:****4. Acquiring archives for museum collections**

Information on statutory controls affecting the acquisition of archives is given in a Society of Archivists Information Leaflet, Archive Legislation in the United Kingdom, by A A H Knightbridge, (Society of Archivists, 1985). More recent Scottish legislation, the Local Government, etc. (Scotland) Act 1994, affects records in local authority custody, for which 'proper arrangements' must be made in consultation with the Keeper of the Records of Scotland.

6. Public access

There should be arrangements for reasonable public access to the archives; such access must be carefully supervised.

Further details of appropriate policies, facilities and practical arrangements for public access are included in SCAM Information Sheet 4: Access to Archives. A draft National Standard for Access to Archives has been produced as the basis for a new British Standard, and is available from the Public Record Office (details below).

Further information is included in SCAM Information Sheet 2: Archival Listing and Arrangement. The National Register of Archives is maintained by the Historical Manuscripts Commission. Internet users may find information and search the indexes of the NRA online at <http://www.hmc.gov.uk/nra/>. The National Register of Archives for Scotland is a department of the National Archives of Scotland and acts independently of the National Register of Archives,

although it sends copies of all its surveys to the latter.

Descrição: -----

14

Referência: ARA. Archives & Records Association. **Code of Conduct**. Acesso em: <http://www.archives.org.uk/images/documents/ARACouncil/ARA_Code_of_Conduct_final.pdf>. Acesso em: 29 jun 2014.

País:

Reino Unido

Língua:

Inglês

Órgão Produtor:

Archives and Records Association - ARA (2010)

Contexto de Produção:

Não consta informação no site ou no próprio documento sobre a elaboração do código.

Termos

Classificação:

3. Members should appraise, select and maintain archival material in its historical, legal and administrative context, thus retaining the principle of provenance, preserving and making evident the original relationships of documents.

Members must act in accordance with generally accepted professional principles and practice. They must perform their duties and functions in accordance with professional principles with regard to the creation, maintenance and disposition of current and semi-current records, including electronic and multimedia records. Members should also apply professional principles to the selection and acquisition of records for archival custody, the safeguarding, preservation and conservation of records in their care, and the arrangement, description, publication and making available for use of those documents.

Members should appraise records impartially basing their judgement on a thorough knowledge of their institution's administrative requirements and acquisitions policies. They should arrange and describe records selected for retention in accordance with archival principles (namely the principle of provenance and the principle of original order) and accepted standards, as rapidly as their resources permit.

4. Members should protect the authenticity of documents during processing, preservation and use.

Members should ensure that the value of records, including electronic or multimedia records is not impaired in the work of appraisal, arrangement and description, and of conservation and use. Any sampling should be carried out according to carefully established methods and criteria. Replacement of originals with other formats should be done in the light of the legal, intrinsic and information value of the records. Where restricted documents have been temporarily removed from a file, this fact should be made known to the user.

6. Members negotiating with transferring officials or owners of records should seek fair decisions based on full consideration – when applicable – the following factors: authority to transfer, donate, or sell; financial arrangements and benefits; plans for processing; copyright and conditions of access. Members should keep a permanent record documenting accessions, conservation and all archival work done.

Descrição:

3. Members should appraise, select and maintain archival material in its historical, legal and administrative context, thus retaining the principle of provenance, preserving and making evident the original relationships of documents.

Members must act in accordance with generally accepted professional principles and practice. They must perform their duties and functions in accordance with professional principles with regard to the creation, maintenance and disposition of current and semi-current records, including electronic and multimedia records. Members should also apply professional principles to the selection and acquisition of records for archival custody, the safeguarding, preservation and conservation of records in their care, and the arrangement, description, publication and

making available for use of those documents.

Members should appraise records impartially basing their judgement on a thorough knowledge of their institution's administrative requirements and acquisitions policies. They should arrange and describe records selected for retention in accordance with archival principles (namely the principle of provenance and the principle of original order) and accepted standards, as rapidly as their resources permit.

4. Members should protect the authenticity of documents during processing, preservation and use.

Members should ensure that the value of records, including electronic or multimedia records is not impaired in the work of appraisal, arrangement and description, and of conservation and use. Any sampling should be carried out according to carefully established methods and criteria. Replacement of originals with other formats should be done in the light of the legal, intrinsic and information value of the records. Where restricted documents have been temporarily removed from a file, this fact should be made known to the user.

15	
Referência: SCAM. Standing Conference on Archives and Museums. A code of Practice on Archives for Museums and Galleries in the United Kingdom. Disponível em: < http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf >. Acesso em: 29 jun 2014.	
País: Reino Unido	Língua: Inglês
Órgão Produtor: Standing Conference on Archives and Museums. (SCAM)	
Contexto de Produção: De acordo com o texto de introdução, o código foi elaborado pela primeira vez em 1990 pela Conferência Permanente dos Arquivos e Museus (SCAM) em nome de três organizações: A Associação dos Auditores Independentes de Museus, a Associação dos Museus e da Sociedade de Arquivistas. Todas as três organizações aprovaram o Código. O Código foi oferecido a museus para dar-lhes orientação para administrar seus arquivos em conformidade com as normas profissionais e sugerir fontes de aconselhamento e ajuda. Mais tarde no mesmo ano, um padrão para o registro Repositórios, também fornece orientações sobre a administração de arquivos, que foi emitido pela Comissão manuscritos históricos (HMC). O Código foi revisto em 1996, e posteriormente revisto em 2002, em resposta aos comentários de museus e outros usuários, tendo em conta tanto a mudança das circunstâncias no setor de patrimônio Reino Unido e na nova literatura profissional e padrões, incluindo o padrão para o registro repositórios. (tradução nossa).	
Termos	
Classificação: 4. Acquiring archives for museum collections Information on statutory controls affecting the acquisition of archives is given in a Society of Archivists Information Leaflet, Archive Legislation in the United Kingdom, by A A H Knightbridge, (Society of Archivists, 1985). More recent Scottish legislation, the Local Government, etc. (Scotland) Act 1994, affects records in local authority custody, for which 'proper arrangements' must be made in consultation with the Keeper of the Records of Scotland. 6. Public access There should be arrangements for reasonable public access to the archives; such access must be carefully supervised. Further details of appropriate policies, facilities and practical arrangements for public access are included in SCAM Information Sheet 4: Access to Archives. A draft National Standard for Access to Archives has been produced as the basis for a new British Standard, and is available from the Public Record Office (details below). Further information is included in SCAM Information Sheet 2: Archival Listing and Arrangement. The National Register of Archives is maintained by the Historical Manuscripts	

Commission. Internet users may find information and search the indexes of the NRA online at <http://www.hmc.gov.uk/nra/>. The National Register of Archives for Scotland is a department of the National Archives of Scotland and acts independently of the National Register of Archives, although it sends copies of all its surveys to the latter.

Descrição: -----

16	
Referência: AAS. Association des archivistes suisses. Code of Ethics for archivists. Disponível em: < http://www.vsa-aas.org/fr/beruf/code-of-ethics/ >. Acesso em: 29 jun 2014.	
País: Suíça	Língua: Francês/Alemão/Italiano Tradução em: Inglês
Órgão Produtor: Verein Schweizerischer Archivarinnen und Archivare (VSA) / Association des archivistes suisses (AAS) / Associazione degli archivisti swizzeri (AAS) / Associazioni delle archivarias e dals archivaris swizzers (AAS).	
Contexto de Produção: O documento utilizado é a tradução em inglês do código de ética disponibilizado pelo ICA.	
Termos	
Classificação: 2. Archivists should appraise, select and maintain archival material in its historical, legal and administrative context, thus retaining the principle of provenance, preserving and making evident the original relationships of documents. Archivists must act in accordance with generally accepted principles and practice. Archivists must perform their duties and functions in accordance with archival principles, with regard to the creation, maintenance and disposition of current and semi-current records, including electronic and multimedia records, the selection and acquisition of records for archival custody, the safeguarding, preservation and conservation of archives in their care, and the arrangement, description, publication and making available for use of those documents. Archivists should appraise records impartially basing their judgment on a thorough knowledge of their institution's administrative requirements and acquisitions policies. They should arrange and describe records selected for retention in accordance with archival principles (namely the principle of provenance and the principle of original order) and accepted standards, as rapidly as their resources permit. Archivists should acquire records in accordance with the purposes and resources of their institutions. They should not seek or accept acquisitions when this would endanger the integrity or security of records; they should cooperate to ensure the preservation of these records in the most appropriate repository. Archivists should cooperate in the repatriation of displaced archives.	
3. Archivists should protect the authenticity of documents during archival processing, preservation and use. Archivists should ensure that the archival value of records, including electronic or multimedia records is not impaired in the archival work of appraisal, arrangement and description, and of conservation and use. Any sampling should be carried out according to carefully established methods and criteria. Replacement of originals with other formats should be done in the light of the legal, intrinsic and information value of the records. Where restricted documents have been temporarily removed from a file, this fact should be made known to the user.	
Descrição: 2. Archivists should appraise, select and maintain archival material in its historical, legal and administrative context, thus retaining the principle of provenance, preserving and making evident the original relationships of documents. Archivists must act in accordance with generally accepted principles and practice. Archivists must perform their duties and functions in accordance with archival principles, with regard to	

the creation, maintenance and disposition of current and semi-current records, including electronic and multimedia records, the selection and acquisition of records for archival custody, the safeguarding, preservation and conservation of archives in their care, and the arrangement, description, publication and making available for use of those documents. Archivists should appraise records impartially basing their judgment on a thorough knowledge of their institution's administrative requirements and acquisitions policies. They should arrange and describe records selected for retention in accordance with archival principles (namely the principle of provenance and the principle of original order) and accepted standards, as rapidly as their resources permit. Archivists should acquire records in accordance with the purposes and resources of their institutions. They should not seek or accept acquisitions when this would endanger the integrity or security of records; they should cooperate to ensure the preservation of these records in the most appropriate repository. Archivists should cooperate in the repatriation of displaced archives.

3. Archivists should protect the authenticity of documents during archival processing, preservation and use.

Archivists should ensure that the archival value of records, including electronic or multimedia records is not impaired in the archival work of appraisal, arrangement and description, and of conservation and use. Any sampling should be carried out according to carefully established methods and criteria. Replacement of originals with other formats should be done in the light of the legal, intrinsic and information value of the records. Where restricted documents have been temporarily removed from a file, this fact should be made known to the user.

ANEXO A – LISTAGEM DOS CÓDIGOS NETWORK OF CONCERNED HISTORIANS

28/6/2014

Network of Concerned Historians : Codes of Ethics for Archivists

Network of Concerned Historians NCH

- [HOME](#)
- [Sitemap](#)
- [About](#)
- [Patrons](#)
- [Affiliations](#)
- [Abbreviations](#)
- [Disclaimer](#)
- [Subscription](#)
- [Contact](#)
- [SEARCH](#)

Codes of Ethics for Archivists



INTERNATIONAL

- Association of Moving Image Archivists (AMIA), *Mission Statement* (incl. Code of Ethics) (s.d.) [\[E\]](#)
- Institute of Certified Records Managers (ICRM), *Code of Ethics* (s.d.) [\[E\]](#)
- International Association of Sound and Audiovisual Archives (IASA), *The Safeguarding of the Audio Heritage: Ethics, Principles and Preservation Strategy* (1997; 2001; 2005) [\[E\]](#)[\[F\]](#)[\[G\]](#)[\[Swedish\]](#)
- International Council on Archives (ICA), *Code of Ethics* (1996) [\[A\]](#)[\[C\]](#)[\[D\]](#)[\[E\]](#)[\[F\]](#)[\[G\]](#)[\[I\]](#)[\[P\]](#)[\[R\]](#)[\[S\]](#)[\[Basque\]](#)
[\[Danish\]](#)[\[Dutch/Flemish\]](#) [\[Galician\]](#) [\[Greek\]](#) [\[Hungarian\]](#) [\[Japanese\]](#) [\[Norwegian\]](#) [\[Polish\]](#)
[\[Romanian\]](#) [\[Serbian\]](#) [\[Slovenian\]](#)[\[Swedish\]](#)
- , Questionnaire on the ICA Code of Ethics: Results and Recommendations (2008) [\[E\]](#)[\[F\]](#)[\[S\]](#)
- , (Executive Committee), *The View of the Archival Community on Settling Disputed Archival Claims* (1995) [\[E\]](#)
- , *Universal Declaration on Archives*, Draft (2009) [\[E\]](#); Definitive version (2010): [\[A\]](#)[\[C\]](#)[\[E\]](#)[\[F\]](#)[\[S\]](#)
- (Committee on Best Practices and Standards / Working Group on Access), *Principles of Access to Archives*, Draft (2011): [\[E\]](#)[\[F\]](#)[\[S\]](#); Definitive version (2012): [\[E\]](#)[\[F\]](#)
- International Federation of Film Archives (FIAF), *Code of Ethics* (1998) [\[E\]](#)[\[F\]](#)[\[S\]](#)
- United Nations, *Vienna Convention on Succession of States in Respect of State Property, Archives and Debts* (1983) [This convention never entered into force.] [\[E\]](#)[\[F\]](#)
- UN High Commissioner for Human Rights, *Report on Archives as Means to Guarantee the Right to the Truth* (2011) [\[E\]](#)[\[F\]](#)[\[S\]](#)

NATIONAL AND CONTINENTAL

Portugal

Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD) *Código de ética* (1999) [P]

Slovakia

Slovenský archív sociálnych dát (Slovak Archive of Social Data) (SASD), *Etický kódex Slovenského archívu sociálnych dát* (s.d.) [[Slovak](#)]

Spain

Associació d'Arxivers de Catalunya (Archivists Association of Catalonia), *Code of Ethics of Catalan Archivists* (s.d.) [[Catalan](#)][E][S]

Switzerland

Association suisse de conservation et restauration/Schweizerischer Verband für Konservierung und Restaurierung (SCR/SKR), *Berufsbild und Ehrenkodex / Définition de la profession et code de déontologie* (2005) [E][G][I]

Verein Schweizerischer Archivarinnen und Archivare (VSA) / Association des Archivistes suisses (AAS) / Associazione degli archivisti svizzeri (AAS) / Uniuin da las archivarias e dals archivaris svizzers (UAS), *Code of Ethics for Archivists* (1998) [E][E][G][I]

United Kingdom

Archives and Records Association (formerly: Society of Archivists), *Code of Conduct* (1994) [E]

Institute of Conservation (ICON), *Code of Ethics and Rules of Practice* (2002; 2007) [E]

Lord Chancellor's Code of Practice on the Management of Records under Section 46 of the Freedom of Information Act 2000 (2002) [E]

Society of Qualified Archivists, *Code of Ethics* (2004) [E]

Standing Conference on Archives and Museums (SCAM), *A Code of Practice on Archives for Museums and Galleries in the United Kingdom* (1990; 2002) [E]

United States

Academy of Certified Archivists (ACA) *The 2003 Role Delineation Statement Revision* (2003) [E]

American Institute for Conservation (AIC), *Code of Ethics and Guidelines for Practice* (1979) [E]; (1985); (1994) [E]

Society of American Archivists (SAA) *Code of Ethics for Archivists* (1980); (1991) [E]; (1991 with commentary) [E]; (1992) [E]; (2005) [E]; *Core Values Statement* (2011) and *Code of Ethics* (2012) [E]

ALA-SAA *Joint Statement on Access to Original Research Materials and Manuscript Repositories in Libraries, Archives and Manuscript Repositories* (1979) [E]

First Archivists Circle, *Protocol for Native American Archival Materials* ([2007]) [E]

SAA, *Standards for Access and Appraisal of Gifts* (1973)[E]

28/6/2014

Network of Concerned Historians : Codes of Ethics for Archivists

- - [Mandate](#)
 - [Campaigns for Historians](#)
 - [NCH Annual Reports](#)
 - [Codes of Ethics](#)
 - [General](#)
 - [For Historians](#)
 - [For Archaeologists](#)
 - [For Archivists](#)
 - [History-Related Legal Cases](#)
 - [Human Rights Resources](#)
 - [Links](#)
-

- [HOME](#)
- [Sitemap](#)
- [About](#)
- [Patrons](#)
- [Affiliations](#)
- [Abbreviations](#)
- [Disclaimer](#)
- [Subscription](#)
- [Contact](#)
- [SEARCH](#)